

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE LETRAS
LICENCIATURA EM LETRAS

WILLIAN DALMAGRO BRAGA

**Escola Cívico-Militar: uma análise materialista do discurso sobre as investidas da Nova
Direita brasileira (2018-2021)**

PORTO ALEGRE

2024

WILLIAN DALMAGRO BRAGA

**Escola Cívico-Militar: uma análise materialista do discurso sobre as investidas da Nova
Direita brasileira (2018-2021)**

Trabalho de Conclusão do Curso apresentado ao Instituto de Letras da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial e
obrigatório para a obtenção do título de Licenciado em Letras.

Orientadora: Profa. Dra. Luciana Iost Vinhas
Coorientadora: Profa. Dra. Iana Gomes de Lima

PORTO ALEGRE

2024

WILLIAN DALMAGRO BRAGA

**Escola Cívico-Militar: uma análise materialista do discurso sobre as investidas da Nova
Direita brasileira (2018-2021)**

Trabalho de Conclusão do Curso apresentado ao Instituto de Letras da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial e
obrigatório para a obtenção do título de Licenciado em Letras.

Orientadora: Profa. Dra. Luciana Iost Vinhas
Coorientadora: Profa. Dra. Iana Gomes de Lima

Porto Alegre, 06 de Fevereiro de 2024.

Conceito:

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Luciana Iost Vinhas - Orientadora

Profa. Dra. Iana Gomes de Lima - Coorientadora

Profa. Dra. Andréia da Silva Daltoé - Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul)

Profa. Dra. Graziella Souza dos Santos - Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Prof. Dr. Fábio Ramos Barbosa Filho - Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é fruto do apoio que tive das famílias que escolhi nessa cidade que plantei pra mim em sete anos de graduação. Aqui, constam alguns de tantos corações fora do peito que pude conhecer, entre amigos, professores, colegas e alunos, através dos caminhos que a educação pública me forneceu.

Primeiramente, sou eternamente grato à minha mãe, Cleri Dalmagro, minha avó, Irma Dalalba, minha tia, Carla Svenson, e minha prima, Nathalia Dalmagro. Mulheres que são parte da minha trajetória integralmente e fizeram possíveis todas as oportunidades de chegar até aqui, me ensinando a guiar a vida com muita coragem e afeto.

À memória do meu pai, André Luis Rodrigues Braga, que é exemplo de carinho, humildade e luta. Sempre guardarei e celebrarei o melhor que aprendi contigo.

Agradeço especialmente à Lo Gabriela Dias, em quem eu achei uma irmã que sempre me estendeu a mão e que me apresentou caminhos lindos da terra pro céu, e à Solgil Oh, que me auxiliou a conhecer mais do meu país e ter fé em mim mesmo. Obrigado pelo lar que construímos nesses últimos anos, pelo acolhimento e parceria. Esse trabalho carrega muito do que aprendi com vocês.

À professora Iana Gomes de Lima, minha orientadora de Iniciação Científica no Coletivo Redes e coorientadora desta pesquisa, por transformar minha jornada acadêmica, mostrando como é possível construir um caminho na universidade em que as vitórias são compartilhadas, baseando-se em afeto, profissionalidade, companheirismo, compromisso e respeito. Para sempre serei grato pela amizade e pelos ensinamentos e oportunidades que me foram concedidos por ti.

Sou imensamente grato aos demais membros do Coletivo Redes, sem o qual este projeto jamais seria possível. À Bruna Dalmaso-Junqueira por ser uma referência de papel de liderança, juntando rigor teórico e cumplicidade que brilham na prática acadêmica e na convivência. Ao Gabriel Dias, obrigado por ter compartilhado tantos aprendizados comigo, sendo um exemplo de professor e pesquisador, o que fizemos juntos me orgulha assim como me formar ao teu lado. À Jaqueline Garske, pela amizade e constante auxílio em momentos acadêmicos e pessoais, tendo sua produção teórica servido como inspiração para este trabalho.

À Luciana Iost Vinhas, orientadora desta monografia, por aceitar essa tarefa e me guiar pela Análise do Discurso Materialista com tanto empenho, clareza e comprometimento teórico e social. Ter a tua orientação fez valer todo tempo que esperei para escrever um

projeto como este, sou muito grato pelos teus apontamentos e por nossas conversas riquíssimas sobre a pesquisa e o mundo.

Às professoras Graziella Souza dos Santos e Andréia Daltoé e ao professor Fábio Barbosa Filho, as suas ideias concretizadas na produção escrita de cada um são exemplos que transpassam os muros da universidade. Agradeço imensamente a contribuição que fizeram a esse trabalho e por terem aceitado gentilmente participar da banca examinadora.

Aos meus amigos de escola, Bruno Lenuzza, Carina Tarcitano, Daniel Menezes, Danieli Eltz, Henrique Vargas, Isadora Oliveira, Lucca Machado, Matheus Motta e Vitória Soares, que me acompanharam por tanto tempo, dando conselhos, carinho e todo suporte que precisei para seguir em frente. Pensar em escola pra mim é lembrar tudo o que aprendi junto a vocês e que seguimos carregando conosco até hoje.

Aos amigos preciosos que encontrei dentro e fora da universidade durante a graduação, Alice Xavier, Andressa Brzezinski, Douglas Lunardi, Fernando Cesarino, Gabriela Berghahn, Graziela Illesca, Laura Jones, Laura Pires, Natan Meneguzzi, Raphael Costa, Ricardo Carvalho, Stéphanie Oviedo e Vinícius Fernandes. Pude conhecer um mundo com cada um e cada uma de vocês, sou muito grato por todo afeto, respeito e rebeldia materializados em conversas sinceras e risadas que levo com muito carinho.

RESUMO

Tendo em vista o avanço do conservadorismo nos cenários político e educacional brasileiros nos últimos anos, o presente trabalho analisa enunciados, que defendem a implementação de Escolas Cívico-Militares (Ecim) proferidos por sujeitos vinculados à Nova Direita brasileira. Entende-se que o projeto de militarização das escolas tomou impulso por carregar princípios centrais ao conservadorismo do Sul Global, como o enaltecimento do caráter autoritário das forças armadas, a retomada de um passado idealizado e a precarização da escola pública. Dada a expansão das Ecim e a aceitação por parte da população, é fundamental identificar o que o discurso em prol do modelo cívico-militar defende. Para isso, foi montado um arquivo com enunciados provenientes de um estudo prévio com base na análise temática (Braun; Clarke, 2006) de uma série de pronunciamentos a favor do projeto (discursos, entrevistas, etc.), no período de 1 de janeiro de 2018 a 31 de maio de 2021. Com base na Análise do Discurso Materialista (Pêcheux, 1997), trabalhando com as estratégias discursivas de excesso e estranhamento (Ernst-Pereira, 2009), os enunciados foram examinados no intuito de investigar os sentidos que são atribuídos à escola cívico-militar presentes na defesa dessa agenda. A análise realizada permitiu identificar ao menos três grandes eixos que estruturam a proposta e os discursos em prol da militarização: a inculcação de valores militares caracterizados pelo princípio repressivo; a nostalgia dos tempos do regime militar; e uma relação inegociavelmente antagônica entre a Ecim e a escola pública. Observamos, assim, que o discurso conservador tensiona a proposta de gestão democrática das escolas, exaltando o autoritarismo das forças armadas e recuperando a memória do regime militar num suposto cenário de falência da educação pública. Tais elementos estão intimamente ligados, compondo uma fotografia que idealiza a substituição do ambiente escolar democrático para o contexto militar. Essas formulações materializam sentidos referentes ao processo de desmantelamento da rede pública de ensino, demonstrando aspectos antidemocráticos que reproduzem discriminações de classe, raça, gênero e sexualidade.

Palavras-chave: Militarização; Análise do Discurso; Conservadorismo.

ABSTRACT

Given the rise of conservatism in the political and educational scenarios in Brazil in recent years, this study analyzes statements advocating for the implementation of Civic-Military Schools (CMS) expressed by individuals associated with the Brazilian New Right. It is understood that the project of militarization of schools was boosted because it involves central principles of Global South conservatism, such as the glorification of the authoritarian character of the armed forces, the revival of an idealized past, and the deterioration of public education. Given the expansion of CMS and public acceptance, it is crucial to identify what the discourse in favor of the civic-military model defends. In order to do this, a file was compiled with statements from a previous study based on thematic analysis (Braun; Clarke, 2006) of a series of pronouncements in favor of the project (speeches, interviews, etc.) from January 1, 2018, to May 31, 2021. Through the lenses of the Materialist Discourse Analysis (Pêcheux, 1997) and employing discursive strategies of excess and estrangement (Ernst-Pereira, 2009), the statements were examined to investigate the meanings attributed to the civic-military school present in the defense of this agenda. The analysis allowed identifying at least three major axes that structure the proposal and the speeches in favor of militarization: the inculcation of military values characterized by repressive principles, nostalgia for the times of the military regime, and an irreversibly antagonistic relationship between CMS and public schools. Thus, it is observed that the conservative discourse challenges the proposal for the democratic management of schools, exalting the authoritarianism of the armed forces and recovering the memory of the military regime in a supposed scenario of the failure of public education. These elements are closely linked, framing a picture that idealizes the replacement of the democratic school environment with a military context. These formulations materialize meanings related to the dismantling of the public education system, demonstrating antidemocratic aspects that reproduce discriminations of class, race, gender, and sexuality.

Keywords: Militarization; Discourse Analysis; Conservatism.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|----|
| Figura 1 - Rede de Militarização das Escolas..... | 20 |
|---|----|

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| 1. Introdução..... | 7 |
| 2. A Extrema-Direita e o Projeto de Militarização..... | 11 |
| 2.1 A formação da Aliança Conservadora em contrapartida a movimentos de classe, raça, gênero e sexualidade..... | 11 |
| 2.2 Características do conservadorismo no Sul Global..... | 14 |
| 2.3 O Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares e suas repercussões..... | 16 |
| 3. Procedimentos de Análise..... | 19 |
| 4. Escola Cívico-Militar vs Escola Pública: o batimento entre teoria e análise..... | 24 |
| 4.1 A recuperação da memória do regime militar..... | 25 |
| 4.2 Disciplina, Hierarquia, Patriotismo e Civismo..... | 31 |
| 4.3 O antagonismo entre os modelos militares e público..... | 34 |
| 5. Considerações Finais..... | 39 |
| ANEXO A - Arquivo..... | 44 |

1. Introdução

Minha jornada como licenciando no curso de Letras teve início em meses que precederam o Golpe de 2016. Desde lá, meu processo de formação docente, como aluno da universidade federal e membro da comunidade LGBTQIAPN+, foi profundamente impactado pelo avanço paulatino de pautas conservadoras e neoliberais no cenário político brasileiro. Tomando propulsão com a eleição de Jair Bolsonaro, essa onda conservadora promoveu projetos educacionais que sufocam a educação pública, marcados pelo caráter antidemocrático desse movimento que enaltece de modo saudosista a ditadura militar. Uma consequência que senti diretamente desses ataques foi a descontinuação do Programa Idiomas sem Fronteiras, o qual integrei como professor, com o pacote de cortes de verbas para as universidades federais em 2019.

A partir desse contexto, este trabalho objetiva unir três áreas que guiaram meu percurso acadêmico, a educação, a linguística e a política, para compreender quais sentidos são atribuídos à palavra escola em enunciados de sujeitos que defendem a política de militarização de escolas públicas no Brasil. Antes de detalhar questões referentes à análise, me voltarei a tratar sobre como esse estudo foi desenvolvido na minha iniciação científica para, então, incorporar as lentes teóricas da Análise do Discurso Materialista (AD).

Tendo em vista os direcionamentos para as políticas educacionais brasileiras orientados por um governo de caráter autoritário, o Coletivo Redes, grupo de pesquisa em políticas educacionais da UFRGS, de que fiz parte sendo bolsista de iniciação científica durante meus últimos três semestres da graduação, desenvolveu o projeto “A Aliança Conservadora, o Estado e as Políticas Educacionais no Brasil: um mapeamento de atores e ações conservadoras”, em 2019, que identificou a articulação de atores políticos da extrema-direita através de uma etnografia de redes (Ball, 2014). Mediante a ampla defesa dessas pautas, a metodologia possibilitou esquematizar os fluxos e movimentos de determinados atores e suas estruturas organizacionais em redes gráficas de três iniciativas: a educação domiciliar, o Escola sem Partido (ESP) e a militarização de escolas. A sistematização desses vínculos políticos elucidou o eco do conceito de Aliança Conservadora (Apple, 2003) no Brasil. Este conceito é definido por Apple (2003) ao analisar a nova direita estadunidense como uma união de setores políticos com interesses inicialmente antagônicos, sendo esses grupos neoliberais, conservadores, populistas autoritários e a nova classe média profissional.

A partir da sistematização de figuras públicas influentes sobre as pautas na primeira pesquisa¹, se mostrou necessária a identificação das ideias que as sustentam. Para isso, a seguinte pesquisa elaborada também pelo Coletivo, “Aliança Conservadora Brasileira e Educação: um mapeamento de pautas”, objetivou organizar temas que justificam a implementação do EsP, educação domiciliar e escolas cívico-militares (Ecim) em termos que servissem como guarda-chuvas temáticos. Isso ocorreu através da análise temática, abordagem descrita por Clarke e Braun (2006), propondo que os dados sejam examinados paralelamente, no intuito de comparar e alinhar quais temas se fazem presentes nos enunciados. O percurso de análise teve início quando integrei o grupo de pesquisa e envolveu reuniões com leitura e discussão sobre cada um dos pronunciamentos coletados, totalizando em onze temas e dois subtemas. Foi perceptível que alguns temas permearam a defesa das três iniciativas assim como outros foram marcados por se encontrarem em uma só.

Observando o avanço conservador massivo sobre políticas educacionais, meu interesse, ao entrar na área em 2022, se voltou a compreender como a educação pública estava sendo atingida e quais interesses eram mobilizados por parte de quem propõe e quem endossa essas mudanças. Nesse intuito, examinar a militarização das escolas públicas, frequentemente enaltecida pelo uso das palavras *disciplina*, *respeito* e *hierarquia*, lançou luz sobre a penetração do movimento de extrema-direita nas instituições escolares assim como suas inclinações ideológicas. O projeto tomou propulsão durante o governo Bolsonaro (2018-2022), a partir da regulação do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (Pecim), estabelecido pelo Decreto 10.004, de 2019, criado por iniciativa do Ministério da Educação (MEC) em parceria com o Ministério da Defesa como uma das primeiras medidas adotadas pela administração da época, que, segundo o site oficial do Pecim, pretende

implantar o modelo Ministério da Educação (MEC) de Escola Cívico-Militar (Ecim) em escolas públicas de ensino regular que possuem baixo resultado no Ideb e que atendam alunos em situação de vulnerabilidade. [...] promover melhoria na qualidade na educação básica nos ensinos fundamental e médio e contribuir para o Plano Nacional de Educação, bem como para a redução da evasão, repetência e do abandono escolar (Brasil, 2022).

Com o objetivo de implantar 216 Ecim em todo o país até 2023, as escolas públicas que se candidatassem passariam por um processo que ocorre mediante adesão das instituições de ensino a um conjunto de critérios, inserindo militares da reserva das Forças Armadas, das Polícias Militares ou do Corpo de Bombeiros no ambiente escolar. As entidades ocupam ao

¹ Tal sistematização pode ser observada na figura 1 na página 20.

menos dois papéis centrais nas instituições: a) na gestão da escola, que passa a ser compartilhada com os militares; e b) na supervisão e monitoria do cotidiano do ambiente educacional, uma vez que os militares passam a fazer o controle de disciplina e a promover práticas alusivas às rotinas militares (Santos, 2020b).

No processo de análise das falas no referido grupo de pesquisa, o interesse era compreender o posicionamento conservador acerca de novas políticas educacionais, que emergia pelo tensionamento entre elementos linguísticos e fundamentos ideológicos da extrema-direita contemporânea, uma coalizão marcada pelo autoritarismo, conservadorismo, precarização e colonialidade (Vargas-Maia, Pinheiro-Machado, 2023). Ao lançar luz sobre as características do discurso pró-militarização, as raízes anti-democráticas do exército brasileiro se sobressaltam, mesmo que envoltas por uma roupagem que as pintava como inovadoras.

Frente a minha formação como professor e pesquisador da área de linguagens, procurei ancorar-me na abordagem teórica da AD materialista, postulada por Michel Pêcheux, em que se desvela uma abordagem vinculada aos postulados do materialismo histórico-dialético e do conceito de sujeito da psicanálise freudo-laciana para uma análise com um enfoque discursivo que interpreta a esfera das relações sociais e das estruturas de poder que permeiam o exercício linguístico. Dessa forma, a AD propõe que *“o laço que liga as ‘significações’ de um texto e suas condições sócio-históricas não é, de forma alguma, secundário, mas constitutivo das próprias significações”* (Pêcheux; Haroche; Henry, 2011, p. 19, grifos dos autores).

Assim, as proposições que transpareciam seu caráter autoritário incutido em mensagens que demandam uma escola militarizada poderão ser esmiuçadas por um ponto de vista que destaque uma concepção de língua enquanto materialização da ideologia.

Nessa perspectiva, a pesquisa objetiva compreender os sentidos relacionados às Ecm a partir de enunciados produzidos por sujeitos-enunciadores vinculados à nova direita brasileira. Para isso, o trabalho começa apresentando as concepções de extrema-direita e como esse movimento reavivou princípios repressivos associados à ditadura militar, indicando os vínculos ideológicos presentes na política de militarização das escolas públicas. Em sequência, se esclarecem os procedimentos de análise que foram utilizados para mapear figuras políticas e as falas que, mais tarde, comportam o arquivo como sujeitos-enunciadores e sequências discursivas. No capítulo seguinte, é feito um batimento entre teoria e análise, a fim de justificar as implicações do trabalho com a AD neste estudo. Ao final, a discussão pretende dissertar sobre quais sentidos são atribuídos à palavra escola. Como esses sentidos se

associam à história brasileira? Qual projeto de nação é defendido com a implementação das Ecim?

2. A Extrema-Direita e o Projeto de Militarização

2.1 A formação da Aliança Conservadora em contrapartida a movimentos de classe, raça, gênero e sexualidade

Para uma discussão sobre uma articulação de diferentes setores da direita, parte-se do conceito de Aliança Conservadora (Apple, 2003), uma coalizão formada por conservadores, neoliberais, populistas autoritários e a nova classe média profissional que Apple cunha ao analisar o contexto político estadunidense da década de 1980. De acordo com o autor, a partir da organização de movimentos sociais, envolvendo pautas feministas, antirracistas e favoráveis à comunidade LGBTQIAPN+ que ocorreram nas décadas de 1960 e 1970, se deu o avanço de uma agenda neoliberal vinculada ao conservadorismo que prioriza valores tradicionais, representados por Reagan.

O neoliberalismo, de acordo com Ball (2014), é um termo vago e que precisa ser contextualizado quando empregado. Em sua concepção, trata-se de um conjunto complexo de práticas organizadas em torno de um “mercado” com penetração em quase todos os aspectos de nossas vidas, ou seja, vai muito além de uma doutrina econômica ou de um conjunto de projetos políticos. De um lado, a lógica da liberdade e igualdade de mercado serve como base econômica; do outro lado, existem “[...] anseios por estabilidade social e cultural e uma ênfase maior na autoridade das instituições”, uma vez que “[...] esse Estado menor e forte costuma ser repressivo” (Ball, 2014, p. 25). O autoritarismo, assim, se desenrola por igrejas evangélicas estadunidenses que adotam o livre mercado e “a necessidade de autoridade moral enérgica” (Ball, 2014, p. 20), que defenda a moral, a família e a propriedade privada.

Sendo parte indissociável da Aliança Conservadora, a ideologia neoliberal se enraíza em ideais de reforma em que o setor privado é a essência daquilo que deve ser mimetizado na gestão pública. Em seu estudo, Ball concebe esse movimento pela performatividade, que se manifesta como “forma por excelência de governamentalidade neoliberal, que abrange a subjetividade, as práticas institucionais, a economia e o governo” (Ball, 2014, p. 66). Esse mecanismo político se empenha em reconfigurar as subjetividades dos praticantes, moldando-as de acordo com os princípios e valores preconizados pelo mercado. Nessa perspectiva, ressalta-se que a transformação incutida em valores neoliberais não se limita meramente à esfera econômica, mas é arraigado na educação, impondo uma lógica mercadológica que incita a competição, a comparação por meio de resultados e a eficiência como critérios fundamentais. Dessa forma, princípios educacionais coletivos relacionados aos

desenvolvimentos social, emocional ou moral são dissociados do papel da escola uma vez que não possuem valor calculável a ser mensurado, resultando na desmobilização de trabalhadores em volta de temas triviais para a educação.

Esse movimento de uma direita conservadora parte da rejeição de políticas liberais progressistas do início do século XX por esse setor. Segundo Moll (2010), as décadas de 1910, 1930, e 1960 são notórias pela demanda de trabalhadores e movimentos sociais por mais direitos para trabalho, comércio e produção, resultando em legislações em prol do bem estar social e dos direitos civis. Entretanto, o envolvimento dos Estados Unidos nas duas Guerras Mundiais e na Guerra Fria, especificamente nas Guerras da Coreia e do Vietnã, acarretaram em cenários de crise econômica, o que resultou numa mudança na identidade nacional em relação a inimigos que enfrentassem a existência da nação, de forma que a confiança da população na classe política passava a se esvaziar. A partir dos anos 1960, Moll (2010, p. 61) descreve que, com a eleição de Richard Nixon, os discursos que enfatizavam “a necessidade de se restabelecer a lei e a ordem contra os ‘baderneiros e radicais’” cativam o ideário conservador supremacista branco do sul:

Conseqüentemente, os neoconservadores acusaram as políticas liberais de provocarem acomodação, preguiça, vício, dependência, miséria, crises econômicas, crises morais, tráfico de drogas, crimes, destruição de famílias e abortos. O projeto nacional neoconservador prometia que equilibraria o orçamento da união e conseqüentemente reduziria a inflação através da redução dos gastos com os programas federais, que eram considerados supérfluos, exagerados, fraudulentos e desnecessários. Assim, os neoconservadores prometiam recuperar o passado glorioso da nação, com suas características essenciais, e colocá-la novamente no caminho para um futuro designado por Deus (Moll, 2010, p. 21).

A articulação dessa Aliança se forma como contrapartida da eclosão de movimentos de classe, como explicitados anteriormente, assim como frente a causas de raça, gênero e sexualidade. A transição dos anos 1940 até 1980 foi composta pela busca por direitos e justiça para a população preta, o movimento feminista e a comunidade LGBTQIAPN+. Tendo sua construção orientada por uma visão racista de nação com as leis de segregação racial, os Estados Unidos foram abalados, nos anos 1950, pela exigência por respeito e reivindicação pelo fim das leis que dividiram (e ainda dividem) a realidade de pessoas brancas e pretas, que se deram ao longo da história da nação até 1964. O avanço dos movimentos que tiveram liderança de Rosa Parks, Martin Luther King Jr. e Malcom X deram origem ao Comitê de Coordenador Estudantil sem Violência (SNCC), em 1960, ao Congresso da Igualdade Racial (CORE), em 1963, e ao Partido dos Panteras Negras, em 1966, que foram freados no final dos anos 1960, pois “[...] as autoridades estadunidenses buscaram minar as organizações negras.

O Governo Federal criou programas de inteligência para monitorar, interromper e neutralizar organizações negras” (Moll, 2010, p. 59).

Na mesma época, discussões em torno de temas sobre gênero e sexualidade também estavam sendo organizadas e pautadas por grupos sociais. No início dos anos 1970, o movimento feminista obteve conquistas com a aprovação da ERA (sigla em inglês para Emenda de Direitos Iguais) e com a legalização do aborto pela Suprema Corte estadunidense, em 1973. Nesse contexto, Lacerda (2019, p. 32) ressalta que a garantia de direitos das mulheres gerou uma forte oposição dos conservadores e foi fundamental para fortalecer os laços entre a nova direita e a direita cristã: “o movimento contra a ERA foi protagonizado pelos evangélicos: eles entendiam que a proposta legislativa incentivava o divórcio, estimulava o trabalho da mulher fora de casa e desestabilizava os papéis de homens e mulheres na sociedade”. Em contrapartida à legalização do aborto, a direita cristã foi responsável pela criação de manifestações pró-vida, chamadas mais tarde de pró-família.

De forma semelhante, frente ao conflito de Stonewall², grupos da comunidade LGBTQIAPN+ se estruturaram e advogaram pela despatologização e afirmação de sua identidade. De acordo com Miskolci (2007, p. 107), os movimentos confrontaram a ordem social vigente propondo

a abolição dos papéis sexuais, a transformação da instituição familiar, a desconstrução das categorias monolíticas da homo e da heterossexualidade, o desenvolvimento de um novo vocabulário do erótico e, sobretudo, a compreensão da sexualidade como prazerosa e relacional ao invés de reprodutiva ou definidora de um status moral aceitável ou reprovável socialmente.

A mobilização dessas organizações sociais culminou, em 1962, na descriminalização de casais homoafetivos e, em 1970, na primeira Parada do Orgulho Gay em Nova Iorque. Ao descrever a ascensão da direita cristã, Lacerda (2019, p. 34) aponta que grupos LGBTQIAPN+ foram alvo central do movimento pró-família, destacando Ato de Proteção da Família, proposto pelo senador Paul Laxalt, em 1979, que “além de restringir o aborto, promover as discriminações entre os sexos e incentivar com benefícios financeiros famílias tradicionais cujas esposas ficassem em casa, restringia os direitos dos homossexuais”.

Na década de 1980, a epidemia HIV/AIDS redirecionou a agenda para propostas em prol de direito civis, uma vez que a denominada “peste gay” foi negligenciada pelo poder público estadunidense da época, sendo atrelada a homens homossexuais, mulheres trans e

² Em junho de 1969, o público do bar Stonewall Inn, no Greenwich Village, se rebelou contra a Polícia de Nova Iorque que frequentemente fazia batidas no estabelecimento. A revolta deu sequência a uma série de protestos nas noites seguintes que são considerados um marco na organização de movimentos sociais LGBTQIAPN+.

travestis, usuários de drogas injetáveis e imigrantes. Essa relação reforçou pânicos morais associados a pessoas que desvirtuem da heteronormatividade, estigmatizando a comunidade como promíscua e pedófila (Miskolci, 2007). O autor entende que o movimento que propõe diversidade sexual e de gênero acabou devido à pressão da sociedade reacionária a mudanças sociais, tendendo a uma domesticação de suas demandas, inclinando-se a instituições da família e do casamento, de forma que suas reivindicações fossem neutralizadas. Da mesma forma que os avanços se dão através da inclusão de pautas de setores políticos ao debate, o retorno a valores tradicionais parece anular quaisquer inserções de direitos exigidos por grupos marginalizados, o que é tendência dessa Aliança:

Contra os temores de uma decadência moral e social e da desintegração cultural, há uma sensação da necessidade de um “retorno”. Em situações como essas, é comum construir um passado romântico, um passado que glorifica (certas versões) da família e da tradição, do patriotismo, dos valores vitorianos, do trabalho duro e da manutenção da ordem cultural (Apple, 2003, p. 25).

Entende-se, assim, que a Aliança Conservadora se articula ao passo que os movimentos negros, feministas e LGBTIAPN+ estadunidenses ganham visibilidade. O posicionamento das igrejas evangélicas é responsável por garantir um impulso contra a conquista de direitos desses grupos na esfera política, projetando-se, junto ao conservadorismo e a agenda neoliberal, como um movimento de restauração de valores tradicionais diante das mudanças sociais. Frente a isso, são aparentes as semelhanças que reverberam no contexto de ascensão da extrema-direita no Brasil. Entretanto, para o enquadramento desse cenário, é necessário que se faça uma leitura baseada na configuração sócio-cultural brasileira, marcada por chagas coloniais e imperialistas, característica de países do Sul Global.

2.2 Características do conservadorismo no Sul Global

A abordagem do conceito de Aliança Conservadora forneceu uma base analítica sólida para a compreensão do conservadorismo no contexto brasileiro. Essa perspectiva permite examinar as interações complexas entre diferentes grupos e interesses dentro do espectro conservador, destacando a formação de coalizões que sustentam e moldam a dinâmica política dessa nova onda conservadora. Entretanto, ao procurar um encaixe desse conceito na análise do conservadorismo brasileiro, é necessário considerar uma visão teórica enraizada nas lentes do Sul Global para reconhecer as especificidades históricas, culturais e socioeconômicas que caracterizam a experiência brasileira e distinguem o conservadorismo local de suas

contrapartes em outras regiões do mundo. Pinheiro-Machado e Vargas-Maia (2023, p. 2) afirmam que “Países do Norte Global exercem poder sobre o Sul e continuamente importam ideologias extremistas”.

A Aliança Conservadora no Brasil pode ser entendida como uma convergência de diferentes atores, como setores empresariais, grupos religiosos, militares e segmentos da sociedade civil, que compartilham valores. De acordo com Sanahuja, Burian e Vitelli (2023, p. 116), essa coalizão heterogênea ecoa rastros históricos que afirmam uma composição da classe dominante no processo de colonização da América Latina, sendo formada por “latifundiários, a Igreja e as forças armadas [que] formaram uma tríade que constitui uma chave para um conhecimento aprofundado da região, particularmente as tendências conservadoras e autoritárias”. Assim, ao inserir uma perspectiva teórica ancorada nas lentes do Sul Global, é preciso considerar a influência das dinâmicas históricas específicas da América Latina e do Brasil. A herança colonial, as desigualdades estruturais, e as lutas por autonomia e justiça social moldam de maneira única a extrema-direita brasileira, “marcada pelos persistentes autoritarismo, conservadorismo, precarização e colonialidade” (Vargas-Maia; Pinheiro-Machado, 2023, p. 2). Além disso, a interseção entre conservadorismo e questões relacionadas à raça, gênero e classe social desempenha um papel crucial na compreensão da dinâmica dessa aliança.

Parte estrutural de países que sofreram com a colonização é o fundamento no sistema de produção escravista, que reverbera suas mazelas em corpos que não são brancos na América Latina. No Brasil, a população preta e parda forma maioria de habitantes e foi/é violentamente marginalizada com base na cor da pele e na meritocracia em favorecimento da branquitude. A distinção racial por parte dos brancos europeus no processo de colonização é constitutiva do pacto narcísico da branquitude, cunhado por Cida Bento, que discorre sobre como pessoas brancas procuram manter seus privilégios, ignorando o passado escravista brutal:

Assim, foi no bojo do processo de colonização que se constituiu a branquitude. Os europeus, brancos, foram criando uma identidade comum que usou os africanos, negros, como principal contraste. A natureza desigual dessa relação permitiu que os brancos estipulassem e disseminassem o significado de si próprios e do outro através de projeções, exclusões, negações e atos de repressão (Bento, 2022, p. 17-18).

Levando em conta essa realidade, perspectivas teóricas do Sul Global permitem uma análise mais apropriada às realidades locais, evitando a aplicação acrítica de conceitos desenvolvidos em contextos distintos, visto que países dessa configuração geopolítica são

“um território do mundo pós-colonial” (Vargas-Maia, Pinheiro-Machado, 2023, p. 1). Isso implica reconhecer a diversidade e a complexidade do conservadorismo brasileiro, bem como as tensões internas que podem surgir dentro da aliança conservadora devido a diferenças de interesses e perspectivas. A participação das forças armadas nessa coalizão é base constitutiva histórica da política na América Latina em decorrência da participação no processo de colonização e nos sucessivos golpes de estado que ocorreram na região. Contudo, essa instituição se concebe, assim como é concebida pela classe dominante, como apartidária e que “incorpora um ideal elevado devido a elementos associados com a identidade militar como patriotismo, auto-sacrifício e reverência ao nacionalismo” (Sanahuja; Burian; Vitelli, 2023, p. 117). Essa exaltação das forças armadas como símbolo moral incorruptível, seguem os autores, “as qualifica como guardiãs dos verdadeiros interesses permanentes da nação”. Não acidentalmente os regimes militares da América Latina tinham como objetivo central restabelecer a ordem política e social de uma “sociedade ‘indisciplinada’” (Sanahuja; Burian; Vitelli, 2023, p. 118).

2.3 O Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares e suas repercussões

A implementação das Ecim no Brasil ganhou foco durante o governo Bolsonaro, representando uma mudança paradigmática no sistema educacional, visto que o Governo Federal, por meio do Decreto nº 9.465, de 2 de janeiro de 2019, criou a Subsecretaria de Fomento às Escolas Cívico-Militares no MEC, o que demonstra a prioridade do tema para a administração da época. Todavia, instituições de educação básica que possuem braços de corporações militares em sua conjuntura têm um longo histórico, contando com definições diferentes anteriores às Ecim: a escola militar e a escola militarizada. Segundo Goulart (2022), a intenção de criar escolas militares vem desde o Brasil Imperial é atendida em 1889, com a criação do Imperial Colégio Militar, que passou a ser chamado Colégio Militar do Rio de Janeiro após a proclamação da república pelas forças armadas no mesmo ano.

Ao longo do século XX, outros doze Colégios Militares (CM) foram abertos ao redor do país que, somados à unidade de Belém, inaugurada em 2015, e a Fundação Osório, totalizam catorze instituições de educação básica vinculadas ao Exército (Santos, 2020b). É importante ressaltar que os anos 1990 foram cruciais para os CM tomarem fôlego pois, em 1988, alguns já haviam sido fechados e, em 1993, diversas instituições foram religadas. Outras escolas vinculadas à Aeronáutica, Corpo de Bombeiros, Marinha e Polícia Militar também são caracterizadas como escolas militares devido ao financiamento e à organização

estarem atrelados às Forças Armadas e Secretarias de Segurança e não a secretarias de educação, tendo dependentes de militares como público central (Santos, 2020a). Além disso, as CM seguem leis e regulamentos em vigor no Exército, sendo que o ingresso nas instituições é mediante a um processo seletivo,

Com valor aluno/ano de cerca de R\$ 19 mil, segundo matéria do Estado de São Paulo de 25 de agosto de 2018, são custeados pelo Exército, cobram taxas dos seus alunos, possuem uma infraestrutura diferenciada em comparação às demais escolas públicas, contando com piscinas, laboratórios diversos, inclusive de robótica e professores com salários superiores a R\$ 10 mil. (Santos *et al*, 2019, p. 584).

Também, outra articulação dos militares na Educação se dá através do convênio que as Polícias Militares e o Corpo de Bombeiros têm com as Secretarias de Educação que passam a compartilhar a gestão de escolas militarizadas. Com uma expansão significativa em diversas regiões do país a partir dos anos 2000, essas instituições se diferenciam pelo fato de serem escolas públicas de redes estaduais e municipais que passam a ter a inserção de militares na sua gestão e/ou na monitoria do cotidiano escolar (Santos, 2020a). Da mesma forma, se encaixam nessa definição escolas públicas que adotam a metodologia dos colégios da Polícia Militar através de acordos ou parcerias, dando início à aquisição de pacotes educacionais de militarização por parte das secretarias municipais de educação.

Entretanto, em 2019, o modelo cívico-militar ganhou forma como ato do governo de Jair Bolsonaro no campo educacional, sendo lançado através do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (Pecim), estabelecido pelo Decreto 10.004, de 2019, criado por iniciativa do MEC em parceria com o Ministério da Defesa. O projeto objetivava implantar 216 Escolas Cívico-Militares em todo o país até 2023, por meio da transformação de escolas públicas que aderissem ao programa em escolas militarizadas. O processo ocorre mediante adesão das instituições de ensino a um conjunto de critérios, inserindo militares da reserva das Forças Armadas, das Polícias Militares ou do Corpo de Bombeiros no ambiente escolar. Em dezembro de 2022, no evento de avaliação do Pecim, o MEC apontou que 202 escolas aderiram ao programa até então, sendo 39 unidades na região Norte; 37 escolas no Nordeste; 26 na região Centro-Oeste; 46 no Sudeste e 54 no Sul. Importante destacar que, além do Pecim, promovido pelo Governo Federal, dezenas de outras iniciativas semelhantes surgiram nos estados e municípios, caracterizando o avanço conservador.

As entidades militares ocupam ao menos dois papéis centrais nas instituições: a) na gestão da escola, que passa a ser compartilhada com os militares; e b) na supervisão e monitoria do cotidiano do ambiente educacional, uma vez que os militares passam a fazer o

controle de disciplina e passam a promover práticas alusivas às rotinas militares (Santos, 2020a). O regimento interno da Ecim se configura como um instrumento normativo importante para a organização dessas instituições educacionais à sombra do treinamento das forças armadas, delineando um conjunto de diretrizes, regras e princípios que orientam a estrutura e o funcionamento da escola. Primeiramente, é possível observar que o regimento interno estabelece uma clara hierarquia administrativa e disciplinar, incorporando elementos típicos do ambiente militar. A primeira ocorre como explicitado pelo Pecim anteriormente, incorporando membros da reserva das forças armadas na gestão escolar. A disciplina, por sua vez, estabelece a estrutura de comando e reforça uma cadeia de autoridade que busca promover a ordem e a disciplina como pilares fundamentais do ambiente militar.

A estrutura curricular também é moldada pelo regimento interno, sendo frequentemente pautada em valores cívicos e militares, incluindo práticas voltadas para uma formação moral e o desenvolvimento de habilidades específicas associadas ao ambiente militar. Também se fazem presentes dispositivos no regimento interno que regulamentam aspectos comportamentais e uniformização, elementos intrínsecos ao ambiente militar. Santos (2022, p. 46) descreve o Regulamento Disciplinar em vigor nas escolas militarizadas do Distrito Federal, documento que dispõe sobre as faltas disciplinares e suas punições: “O Regimento lista 92 faltas disciplinares, muitas delas por ações consideradas normais e até desejadas nas instituições educativas que tenham compromisso com a formação de sujeitos e não de soldados”. Além disso, os estudantes são proibidos de demonstrar contato físico que caracterize enlace amoroso enquanto uniformizados, de “levar para a escola qualquer tipo de jogo, brinquedo, figurinhas ou coleções sem autorização do comando disciplinar, assim como se sentar no chão e desalinhar os uniformes” (Santos, 2022, p. 46).

Dado o favorecimento de táticas militares em detrimento de estratégias pedagógicas, desde que foi criado, o Pecim suscitou debates sobre a falta de interlocução com as comunidades escolares e acadêmicas, que não estavam sendo levadas em consideração em função do caráter autoritário do projeto. Essa imbricação entre o ambiente escolar e a hierarquia militar levanta questionamentos acerca da autonomia pedagógica, visto que o influxo de uma racionalidade militar pode influenciar diretamente as práticas e decisões no âmbito educacional.

3. Procedimentos de Análise

O percurso de seleção das falas para a análise dos enunciados se deu através de duas pesquisas realizadas pelo Coletivo Redes, “A Aliança Conservadora, o Estado e as Políticas Educacionais no Brasil: um mapeamento de atores e ações conservadoras” e “Aliança Conservadora Brasileira e Educação: um mapeamento de pautas”. Ambos projetos fazem uso, centralmente, do conceito de Aliança Conservadora, de Apple (2003), conforme detalhado no capítulo dois, com lentes focadas nas propostas de educação domiciliar, EsP e militarização das escolas. A primeira investigação objetivou compreender a articulação das redes políticas conservadoras e a segunda identificou temas centrais na defesa dessas iniciativas.

Os resultados da primeira pesquisa geraram um mapeamento de figuras políticas que formam o escopo de sujeitos-enunciadores cujas falas são analisadas neste trabalho. Seu principal objetivo foi atrelar essa definição à organização da extrema-direita brasileira que tomou propulsão na última década. Isso ocorre pois a união de diferentes alas da direita para a eleição de Jair Bolsonaro foi de suma importância para catapultar para a presidência uma figura que, diferente do histórico de eleições no Brasil, não tinha um partido grande nem muito tempo de propaganda eleitoral na televisão ou rádio. A campanha de Bolsonaro integrou pessoas públicas alinhadas a interesses econômicos, religiosos e armamentistas, como pastores evangélicos, executivos, membros das polícias e do exército, jornalistas da mídia sensacionalista e políticos tradicionais da direita. Esse vínculo entre diferentes agentes é nomeado em Ball (2014, p. 34) como “redes políticas”:

[...] uma nova forma de governança, embora não de uma forma única e coerente, e colocam em jogo, no processo de políticas, novas fontes de autoridade [...] as fronteiras entre o Estado, a economia e a sociedade civil estão ficando turvas; há novas vozes nas conversas sobre as políticas e novos canais por meio dos quais os discursos sobre as políticas introduzem o pensamento sobre políticas [...].

Entende-se, então, que a atuação política atual não parte somente do Estado, mas também tem participação de núcleos não-estatais, organizações que incluem Organizações Não Governamentais (ONGs), *think tanks*, entre outros. Tais sujeitos passam a ter poder como atores sociais que financiam soluções privadas para políticas educacionais. Dessa forma, as redes seriam um poder descentralizado privado que se articula na esfera pública em busca de unificar um discurso a favor delas mesmas, consolidando uma colonização da política (Ball, 2014).

Esclarecido que a articulação de redes políticas na era de mídias digitais ocorre, também, em movimentações fora de cargos políticos partidários e setores estatais tradicionais, para atender ao objetivo de criar um mapa em que se apresentem os diferentes atores que compõem a aliança conservadora brasileira, a primeira pesquisa teve como metodologia a “etnografia de redes” desenvolvida por Ball (2014). O método propõe uma forma de sistematizar conexões presentes virtualmente para identificar quem foram os principais atores em fluxos de políticas educacionais. Desse modo, por meio do software Gephi, foi feita a configuração de mapas e estruturação dos grafos com atores em prol da defesa e da consolidação da agenda da educação domiciliar, do EsP e da militarização no cenário educacional brasileiro. Para o presente trabalho, serão analisados enunciados dos sujeitos presentes na rede de militarização:

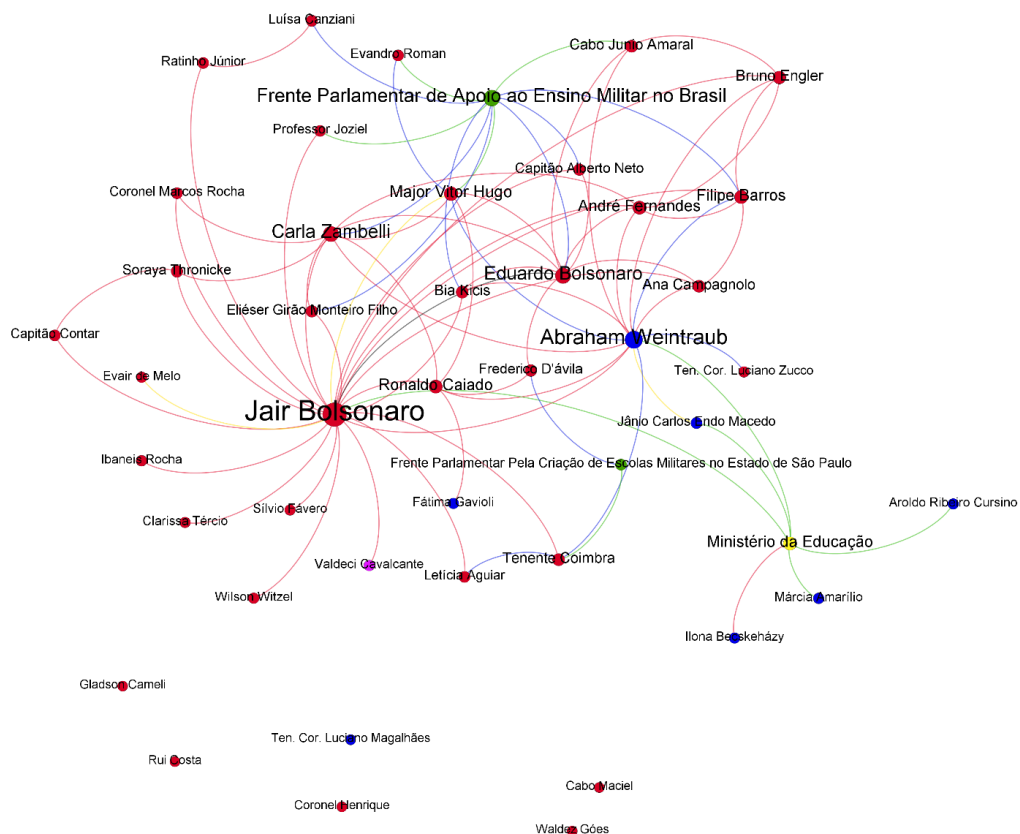


Figura 1 - Rede de Militarização das Escolas

Uma vez identificados os grupos políticos, o segundo projeto tinha como objetivo central reconhecer quais temas eram utilizados na defesa dos três projetos políticos educacionais. Por conseguinte, em relação à pauta da militarização, foram coletados setenta e

um enunciados, proferidos entre 1 de janeiro de 2018 e 30 de maio de 2021, por trinta e quatro atores através de meios digitais, conforme método da etnografia de redes. Buscando uma investigação categórica, lançou-se mão da metodologia de análise temática (Braun; Clarke, 2006), um processo qualitativo de avaliação de dados que estabelece uma compartimentalização destes em temas e subtemas. As autoras apontam que o método prioriza um papel ativo da pesquisadora ou pesquisador, defendendo que “uma descrição de temas ‘emergindo’ ou sendo ‘descobertos’ é uma descrição passiva do processo de análise, e isso nega o papel ativo que o/a pesquisador/a sempre assume ao identificar padrões/temas, selecionando quais são de interesse” (Braun; Clarke, 2006, p. 80). Portanto, a defesa de conservadores em favor das pautas seriam categorizados e examinados paralelamente, no intuito de comparar e alinhar quais temas se fazem presentes.

Braun e Clarke (2006) propõem cinco etapas para a realização da análise temática: (1) familiarização, (2) geração de códigos iniciais, (3) busca por temas, (4) revisão dos temas e (5) definição e nomeação dos temas. A etapa 1 envolveu a coleta de dados e uma assimilação imersiva do conteúdo, procurando por assuntos gerais no material levantado. A segunda parte do método incluiu uma série de reuniões do Coletivo Redes em que os excertos foram lidos e debatidos, um a um, com o objetivo de identificar categorias primárias. Na sequência, a busca por temas foi realizada por meio de uma releitura e reinterpretação dos códigos iniciais nos encontros do grupo, a fim de procurar semelhanças e diferenças entre as definições elaboradas na etapa 2 para reuni-las em temáticas abrangentes, como a categoria “hierarquia” que integrou o tema “disciplina” por serem correlatos e aparecerem majoritariamente em defesa da militarização, e não na defesa de outras agendas. Ao início da etapa 4, então, a leitura foi sistematizada em temas para o debate sobre cada uma das falas ser feita em comparação às outras integrantes do mesmo conjunto. Desse modo, pudemos verificar se os temas já organizados eram coerentes e tinham falas suficientes para se sustentar. Finalmente, concluímos a última etapa escrevendo definições para os temas e realinhando suas designações. A pesquisa, assim, totalizou onze temas e dois subtemas.

Como descrito no processo da análise temática, a Disciplina foi um tema que se sobressaltou na defesa da implementação das Ecim, visto que em diversas falas a valorização de disciplina, controle, hierarquia e respeito era clamada. Entretanto, a demanda pelo tema era pouco detalhada e se limitava a frases baseadas em períodos simples, redundantes e sem detalhamento, como a de Eduardo Bolsonaro no 1º Simpósio Brasileiro de Escolas Cívico-Militares, em 09 de abril de 2019³: “Eu gosto muito do ensino militar, por quê?

³ Disponível em: <https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/55022>. Acesso em: 9 de jan. de 2024.

Principalmente por conta de uma coisa chamada disciplina”. Observamos que a afirmação pauta ordem e se encaixa no tema em questão, todavia, qual é o sentido de disciplina empregado na frase? Por que esse é um tema recorrente no projeto de militarização das escolas públicas? Quais implicações ideológicas se colocam quando proferidas pelo filho do ex-presidente? Essas são perguntas que não cabem ao objetivo da pesquisa do Coletivo Redes ou ao método de análise temática. Dessa forma, me ancorarei na Análise do Discurso Materialista para responder essas perguntas.

É importante mencionar, neste ponto do trabalho, que todos esses procedimentos foram desenvolvidos no âmbito do projeto do Coletivo; no entanto, a presente pesquisa, desenvolvida com base na Análise de Discurso, apesar de não tensionar os procedimentos envolvendo a análise temática, trabalha com a categoria Disciplina como eixo agregador dos enunciados analisados. Assim, tomamos os enunciados que compõem tal categoria como arquivo da pesquisa, considerando a regularidade linguística neles observada, vinculada ao conceito de estranhamento proposto por Ernst-Pereira (2009). Mesmo sem a reflexão teórica sobre as diferenças entre os procedimentos metodológicos do projeto do Coletivo e os procedimentos teórico-analíticos que serão aqui desenvolvidos, com base na Análise Materialista de Discurso, consideramos que o significante “disciplina” organiza o arquivo e permite a análise proposta, observando os sentidos colocados em circulação nos enunciados que compõem essa categoria. Nosso foco passa, a partir deste momento, ao desenvolvimento teórico-analítico de análise do corpus calcado nos princípios da AD.

Com a intenção de trocar o objetivo da pesquisa, foi necessário um processo de transição de dados da análise temática para um *corpus discursivo* na AD. Na proposição do projeto de pesquisa, o objetivo era interpretar os sentidos do significante “disciplina” nos enunciados. Contudo, no início da análise, entendeu-se que os sentidos de “escola pública” ultrapassam a “disciplina” no discurso conservador, no sentido que o último procura se valer através de um paralelo (implícito) constante com o primeiro. Por consequência, a montagem do arquivo envolveu a seleção de enunciados que contemplavam a rede pública em outros temas postulados pela análise temática. Desse modo, o arquivo firmou uma unidade própria diferente daquela proposta pelo estudo em temas, tendo sua descrição focada em outra direção, pela regularidade do significante.

Ao discorrer sobre o processo de interpretação de um enunciado na perspectiva da AD, Ernst-Pereira (2009) descreve que o recorte a ser abordado pelo/a analista ao se debruçar sobre o corpus depende da dinâmica do discurso. Isso ocorre pois a AD parte do pressuposto de que, a partir do conteúdo da pesquisa, a/o analista lançará luz sobre assuntos que ressaltam

conflitos no discurso, tensionando “o sujeito submetido à ordem da ideologia e do inconsciente, a memória estruturante do dizer e o sentido opacificante” (Ernst-Pereira, 2009, p. 1). Dessa forma, procurando identificar os sentidos de escola presentes nos enunciados compilados para esse trabalho, fez-se uso de duas das três categorias que a autora emprega para a descrição e interpretação: o excesso e o estranhamento. Logo, a análise das sequências discursivas (SD), a seguir, destinou-se a apontar para elementos do discurso que apareceram repetidas vezes e provocaram, pela nosso gesto de interpretação, estranhamento, configurando a disciplina, assim, elemento determinante do discurso da Nova Direita sobre as escolas.

4. Escola Cívico-Militar vs Escola Pública: o batimento entre teoria e análise

Durante o estudo sobre o conservadorismo da direita brasileira como Bolsista de Iniciação Científica e licenciando do curso de Letras, o processo de análise de falas de figuras desse espectro político ressaltava um cunho ideológico incutido nos enunciados, na medida em que expressões linguísticas defendiam uma estrutura de poder mais autoritária, tradicional e religiosa. Com a entrada no campo teórico da Análise de Discurso, compreendemos que as palavras materializam a ideologia, que os sentidos não estão intencionalmente determinados pelo falante, que o efeito de sentido depende de condições externas ao sujeito, não controladas por ele, e, por isso, uma mesma palavra pode produzir diferentes efeitos de sentido - e, na mesma medida, palavras diferentes podem produzir o “mesmo” efeito de sentido. Dessa perspectiva, que considera a semântica de forma materialista, nos questionamos sobre a forma como a língua se liga aos processos ideológicos no âmbito político, atentando, por exemplo, à forma como a nova onda tem se articulado com setores neofascistas por “táticas de apito de cachorro” (Vargas-Maia; Pinheiro-Machado, 2023), identificadas em práticas de Trump e Bolsonaro. Um exemplo disso se deu quando Roberto Alvim⁴, Secretário Especial da Cultura entre 2019 e 2020, foi exonerado após a publicação de um vídeo institucional em que reproduziu o cenário e parafraseou um discurso do ministro da propaganda nazista Joseph Goebbels. Associações como essa demonstram a manta ideológica e histórica que envolve o processo de análise de falas na defesa de políticas públicas por essa coalizão entre grupos moderados e extremistas, diretamente articuladas a um funcionamento da memória que atualiza sentidos de repressão, hostilidade e ódio que não se coadunam com princípios democráticos - o que aponta, portanto, para o trabalho do neoliberalismo na centralidade da constituição da formação social.

Essa perspectiva sobre a língua interpreta o discurso como um objeto teórico que rompe com o entendimento do texto como uma sequência linguística que é fechada em si mesma, inaugurando um tópico de análise que materializa através das palavras as condições ideológicas das relações sociais de produção. Fruto de sua tese de doutorado na área de

⁴ O [...] secretário nacional da Cultura, Roberto Alvim, provocou polêmica ao anunciar em uma live as diretrizes do Prêmio Nacional das Artes, em um cenário e com uma ambientação que remetiam diretamente à retórica e à propaganda nazista, com direito a frases iguais às pronunciadas pelo ministro da propaganda de Hitler, Joseph Goebbels.

Disponível em:

<https://gauchazh.clicrbs.com.br/cultura-e-lazer/noticia/2020/01/discurso-de-goebbels-opera-de-wagner-e-cruz-medieval-os-simbolos-do-video-que-derrubou-roberto-alvim-ck5ij567100uh01pl6nzpehr6.html>

Psicologia Social em 1969, “Análise automática do discurso (AAD-69)”, Pêcheux (1993, p. 104-105, grifos do autor) propõe conceber o discurso como efeito de sentido:

um discurso não apresenta, na sua materialidade textual, uma unidade orgânica em um só nível que se poderia colocar em evidência a partir do próprio discurso, mas que toda forma discursiva particular remete necessariamente à série de formas possíveis, e que essas remissões da superfície de cada discurso às superfícies possíveis que lhe são (em parte) justapostas na operação de análise, constituem justamente os sintomas pertinentes do processo de produção dominante que rege o discurso submetido à análise.

A definição de efeito de sentido embasa-se no entendimento de que a exterioridade é parte constitutiva do dizer, por isso o sujeito-enunciador sempre é interpelado pelo interdiscurso, que mobiliza formações ideológicas (FI) materializadas no discurso por formações discursivas (FD). Essa relação ressalta o atravessamento sócio-histórico na língua que a perspectiva pecheutiana identifica como precedentes ao sujeito, enraizada nas condições sociais e históricas, reproduzindo as ideologias predominantes em uma dada formação social. O discurso, assim, constitui as relações sociais e as identidades dos sujeitos. O interdiscurso, por sua vez, se refere à presença e à influência de diferentes discursos no funcionamento de uma FD, ou seja, cada enunciado é atravessado por outros discursos, criando uma rede complexa de relações interdiscursivas que contribuem para a atribuição de significados.

4.1 A recuperação da memória do regime militar

A defesa da implementação das Ecim possui ampla aderência de membros do governo Bolsonaro ligados ao Ministério da Defesa e ao MEC, assim como deputados estaduais e federais, senadores e governadores que fizeram parte, em sua maioria, da base governista da época. Através da organização destes, o projeto de militarização das escolas públicas ganhou fôlego desde o início da administração por meio de frentes parlamentares e eventos, como o I Simpósio Brasileiro de Escolas Militares, realizado em 9 de Abril de 2019, e diversas plenárias estaduais. Ao discursar no simpósio, o então deputado federal pelo Patriota, Evandro Roman, procura contextualizar a situação sócio-política brasileira através da sequência discursiva abaixo.

SD1 - O Brasil vive um momento importante de retomada de valores morais e cívicos e isso precisa acontecer também na educação. (Evandro Roman)

O sujeito “Brasil” se refere à conjuntura institucional e social do país na época, que, segundo ele, vive uma transformação de ordem social e ética através da eleição de um presidente abertamente conservador munido de uma agenda neoliberal. O cenário político é destacado quando, na segunda oração, se estabelece uma relação condicional com a primeira, ressaltando o fato de que se uma mudança ocorre em setores estruturais da nação, a educação “precisa” também ser afetada. Esse momento histórico é complementado por um processo de nominalização, com o uso do prefixo “re-”, indicando uma repetição, acrescido do verbo “tomar”, afirmando que é tempo de reaver, recuperar, reconquistar, resgatar princípios perdidos. Assim, entende-se que esses valores que devem ser revividos ecoam o nome da disciplina “Educação Moral e Cívica”, imposta por Costa e Silva por meio do Decreto-Lei nº 869, de 12 de Setembro de 1969, na fase mais brutal da ditadura militar. Revogado somente pela Lei nº 8.663, de 1993, a disciplina, segundo o que Filgueiras (2006, p. 53) descreve em sua dissertação, “fazia parte de um projeto político nacional, que procurou construir um ideário patriótico, com uma nação forte, que ressaltava os valores da moral, da família, da religião, da defesa da Pátria e inculcava valores anticomunistas nos jovens e crianças”. O vínculo entre o momento de “retomada de valores morais e cívicos” e a disciplina se aprofunda quando enquadrado num evento governamental em prol do fomento de escolas militares.

Para compreendermos o que as instituições cívico-militares representam no ideário conservador, é necessário apontar para sentidos de matriz histórica que estruturam a aclamação por um tipo de ensino militar. Conforme afirmado previamente, o conservadorismo brasileiro se ampara fortemente em raízes antidemocráticas em decorrência da ferida viva da ditadura militar na história de países latino-americanos (Vargas-Maia; Pinheiro-Machado, 2023). Desse modo, os sentidos referidos a um retorno a um passado com ordem são característica frequente do arquivo, presente na SD1 pelo verbo “retomar” e nas SDs abaixo, com outras formas verbais e nominalizações que colocam em circulação o efeito de sentido em discussão.

SD2 - A escola cívico-militar é um **resgate**, justamente, a tudo isso que nos trouxe aqui. O feio continua sendo feio, e o bonito continua sendo bonito, o certo é certo e o errado é errado. As linhas e a disciplina que elas nos trazem de respeito aos professores, à família, aos pais, às mães, respeito ao dinheiro público, de não pixar, não depredar, não destruir o patrimônio público que é fruto do imposto suado, sacrificado, que cada um de nós paga. É visível esse respeito na escola cívico-militar, o respeito à bandeira, ao sacrifício passado, presente. (Abraham Weintraub)

SD3 - O modelo cívico-militar se mostra eficiente para construir valores cívicos, respeito e cidadania. Parece que tudo o que é para **resgatar** valores morais o Governo do Estado não quer. (Clarissa Tércio)

SD4 - Não é o único dever do colégio afastar a criança da rua, mas também mostrar disciplina e **restabelecer** a moral e o respeito entre alunos e professores nas salas de aula. (André Fernandes)

SD5 - Levar disciplina para a educação e **trazer de volta** valores cívicos às crianças. Esse ensino de excelência dado nas escolas da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros tem de ser estendido a todas as nossas escolas do DF. (Ibaneis Rocha)

SD6 - Nossas crianças e jovens **precisam voltar** a cantar o hino nacional no colégio, ter respeito ao professor, disciplina e hierarquia. (André Fernandes)

SD7 - Eu não tenho nenhum receio em falar que é uma escola que tem um princípio conservador. É uma escola que vai nos orgulhar muito e vai ensinar essa futura geração o que é hierarquia, o que é respeito, gratidão e, principalmente, a disciplina, que em dias atuais, em muitas escolas, **se perdeu durante o tempo**. (Evandro Roman)

Os enunciados acima se estruturam através de uma visão seletiva do passado político, que é frequentemente citado como inspiração para membros da extrema-direita (Apple, 2003). O uso repetitivo de verbos de ação, com o prefixo “re-” ou seguidos do termo “voltar” e “tempo”, caracterizam uma FD que atribui às Ecim um valor simbólico de reviver características políticas do regime militar. A memória histórica, assim, firma um espaço nesse discurso, visto que Pêcheux (2007) descreve não como uma memória psíquica individual, mas baseada na construção social, prévia ao sujeito, tomando forma através da repetição de “implícitos”:

Tocamos aqui um dos pontos de encontro com a questão da memória como estruturação de materialidade discursiva complexa, estendida em uma dialética da repetição e da regularização: a memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os "implícitos" (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita [...] (Pêcheux, 2007, p. 52).

Através da predicação de “escola”, o então responsável da pasta de Educação, Abraham Weintraub⁵, na cerimônia de apresentação do Pecim, em setembro de 2019, exalta a Ecim e a define através da predicação no início da SD2. Observa-se que o ex-ministro da Educação utiliza de tautologias para descrever o retorno das Ecim, esclarecendo que estas estabelecem um parâmetro de o que é bonito, o que é feio, o que é certo e o que é errado. O uso dessa repetição aparentemente redundante remete ao estudo de Daltoé (2022), que analisa o enunciado “nós somos nós, o resto é o resto”, destacando como o predicativo do sujeito da primeira oração estabelece uma relação de qualidade quanto ao primeiro “nós”, cerceando a

⁵ Abraham Weintraub foi o segundo ministro da Educação governo Bolsonaro. Após chamar juízes do Supremo Tribunal Federal (STF) de "vagabundos" em um vídeo de uma reunião ministerial, foi exonerado do cargo e, depois, nomeado para um cargo de direção do Banco Mundial, dado seu longo histórico no mercado financeiro.

abrangência referencial do sujeito “nós” e produzindo um efeito excludente no campo social com “resto”. Tal leitura sobre essa distinção é fundamental para a análise do discurso conservador e será aprofundada no último item deste capítulo. Ainda assim, a pesquisa de Daltoé (2022) ressoa no enunciado de Weintraub, pois o uso da tautologia também representa uma relação de qualificação de o que é *bonito* e de o que é *certo*, assim como escancara características de uma ideologia repressora. Ainda assim, na SD2, encontramos antônimos usados para atribuir juízo de valor; logo, a análise do enunciado ressalta um ataque ideológico, lançando luz sobre a constituição dessa FD que, configurada a partir de uma posição de poder estatal aliada à ideologia dominante, tem base na lógica do inimigo interno e, conseqüentemente, na perseguição política, sendo necessário estabelecer que existe um inimigo que precisa ser eliminado.

A SD2 é destoante nesse recorte de sequências, uma vez que a predicação de escola não está ligada a disciplina ou valores cívicos no mesmo período, mas sim a “tudo isso que nos trouxe aqui”, detalhado como “o feio continua sendo feio, e o bonito continua sendo bonito, o certo é certo e o errado é errado”. Como abordarei adiante, “escola” e “colégio” são ilustrados através de elementos de enaltecimento da conduta militar; todavia, a SD2 exalta a Ecim como um símbolo de um retorno ao padrão do que foi bonito e certo, e que, com o lançamento do Pecim, pode ter continuidade. O enunciado, assim, destoa do que é comum na caracterização de um modelo escolar dentro da própria FD, em que podemos observar o estranhamento, uma “inadequação” ou “distanciamento daquilo que é esperado” (Ernst-Pereira, 2009) na descrição de uma escola. Notado que a ideologia interpela o sujeito, a valorização da Ecim no enunciado não procura somente promover traços do militarismo, mas também acarreta um símbolo de avanço do projeto político e econômico começado no regime militar e que poderia ter continuidade no governo Bolsonaro.

A partir do uso de palavras frequentemente empregadas como adjetivos ou advérbios, a Ecim simboliza o retorno a um maniqueísmo ideológico entre o que é atraente e o que é desagradável em *bonito* e *feio*, e o que é ordem e o que é incorreto em *certo* e *errado*. Segundo Sanahuja, Burian e Vitelli (2023), o estabelecimento da ordem é um princípio anti-político que une as elites latino-americanas às forças armadas historicamente. Essa cooperação é destacada nos pedidos por intervenção militar por apoiadores de Jair Bolsonaro em frente aos quartéis do exército em todo o país após a eleição do governo Lula (2023-2026). Os manifestantes golpistas buscaram respaldo no artigo 142 da Constituição Federal de 1988, que dispõe o seguinte:

As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem (Brasil, 1988).

Com a redação atual, os extremistas justificaram uma iniciativa militar em vista da garantia “da lei e da ordem”⁶, o que culminou no ataque de 8 de Janeiro de 2023⁷. Tal preceito ecoa no artigo 2 da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, que dispõe sobre o Estatuto Militar, detalhando a organização dessa instituição assim como seus objetivos:

As forças armadas, essenciais à execução da **política de segurança nacional**, são constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, e destinam-se a defender a Pátria e a garantir os poderes constituídos, **a lei e a ordem**. São instituições nacionais, permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República e dentro dos limites da lei (Brasil, 1980, grifos nossos).

A FD que reproduz o discurso conservador contempla um ideal de lei e ordem guiado por parâmetros militares, o que reverbera na SD2 com “as linhas e a disciplina que elas [as Ecim] nos trazem”, visto que as palavras, lei/linhas e ordem/disciplina, estabelecem uma relação parafrástica. Lembremos que o discurso não é trabalhado como uma sequência de palavras com sentidos rígidos, mas como um campo onde conflitos ideológicos se manifestam, disputando sentidos assim como ocultando e legitimando relações de dominação que sustentam a formação social. De acordo com Pêcheux (1993, p. 96), é intrínseca aos enunciados a exposição ao equívoco da língua, uma vez que as palavras não têm seus sentidos atrelados a sua literalidade, mas podem ser atribuídos através de substituições contextuais, denominadas “efeitos metafóricos [...] para lembrar que esse ‘deslizamento de sentido’ entre x e y é constitutivo do ‘sentido’ designado por x e y”. Esse princípio dá abertura para a/o analista examinar o enunciado através de paráfrases e derivações, buscando tensionar diferentes materializações de expressões verbais com o intuito de identificar relações ideológicas no processo de constituição dos sentidos. Dessa forma, essa conceituação das escolas na SD2 desenrola sentidos em que a ordem de bonito e certo, aos olhos do conservadorismo brasileiro, enquadra uma família branca, de classe média ou mais alta, cristã,

⁶ Cabe referir que o objetivo do ataque de 8 de janeiro era de publicação de GLO (Operação da Garantia da Lei e da Ordem) por parte do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o que autorizaria os militares a assumir o poder e, conseqüentemente, a implementação de um golpe.

⁷ Referente ao ato golpista de 8 de janeiro de 2023, quando apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro invadiram e depredaram o Congresso Nacional, o Palácio do Planalto e o Supremo Tribunal Federal.

patriarcal, cisgênera, heterossexual, com corpos magros, sem deficiências, alinhadas à agenda neoliberal.

O confronto entre o público e o particular é latente pela desvalorização do que é estatal em prol das empresas privadas. O ex-ministro da Educação ressalta, na SD2, o respeito perante aspectos econômicos, dando ênfase ao “imposto suado”. O ataque ao Estado se alinha aos sentidos de uma FD que defende o inchaço deste, oferecendo a implementação da escola cívico-militar como alternativa à educação pública e democrática, por mais que as instituições com gerência de militares também sejam financiadas com fundos do governo. Dessa forma, a escola pública ocupa o espaço do não-dito em comparação às Ecim, sendo referenciada através da caracterização de feio e errado.

Essa exaltação de atributos fisionômicos (bonito e feio) e da ordem (certo e errado) demonstra uma posição autoritária, em que a ideologia de um setor da sociedade decide sobre o que é aceitável e o que não é. Ao descrever elementos constitutivos do pacto narcísico da branquitude, Bento (2022, p. 25) enfatiza que a personalidade autoritária tem “a visão de mundo de seu próprio grupo” como “centro de tudo, e os demais são compreendidos a partir de seu modelo, ou seja, o etnocentrismo”, perseguindo opositores “em grupos considerados ‘minoritários’ e periféricos”. Uma vez que os atravessamentos sociais são fundamentalmente calcados em recortes de raça no Brasil, é perceptível que o discurso reproduz um efeito de sentido racista e classista, sendo a Ecim um símbolo institucional que reproduz um ideal supremacista branco em decorrência da reprodução de valores centrais à branquitude.

O apelo a aspectos estéticos reverbera no arquivo pelo enunciado proferido por Jair Bolsonaro na cerimônia de lançamento do Pecim, em 5 de setembro de 2019. Na presença de membros do governo e de um grupo de estudantes do Colégio Estadual da Polícia Militar Doutor Cesar Toledo, de Anápolis, Goiás, o ex-presidente se refere aos semblantes das alunas e dos alunos.

SD8 - Eu vejo aqui à minha esquerda a garotada da Escola Estadual da Polícia Militar de Goiás, lá de Anápolis. Me desculpe, quando se olha pro semblante deles, e olha pro semblante de garotadas em outras escolas, a gente nota uma diferença. Não aqui qualquer ideia de discriminação, pelo amor de Deus, vamos fugir do politicamente correto e cair na real. É um semblante diferente. O que que me vem à cabeça minha, e com toda certeza de todos vocês, do futuro dessa garotada? Que eles terão futuro! (Jair Bolsonaro)

A ênfase no semblante de estudantes pontua traços físicos como uma reivindicação ao fomento das Ecim. O uso da condicional pela subordinação de “quando se olha pro semblante deles” e de “[quando se] olha pro semblante de garotadas em outras escolas” tensiona um

paralelo entre a fisionomia de estudantes da rede militarizada e de outras redes, que é mediado pela oração principal, atribuindo um caráter distintivo a uma em detrimento da outra, com “a gente nota uma diferença”. O pano de fundo social é delineado pelo deslocamento da proposição do enunciado, que parte da descrição de um grupo de estudantes para o campo político-social por meio de rejeição do “politicamente correto”. A mudança repentina para uma proposição, funcionando como uma glosa metaenunciativa, que nega “qualquer ideia de discriminação” ressalta que o sujeito-enunciador reconhece o caráter antidemocrático e segregacionista da formação ideológica à qual pertence, projetando a leitura do outro como acusadora, crítica, culposa, imputativa, configurando um cenário de *mea culpa*. Entretanto, a matriz anti-política da ideologia de extrema-direita é historicamente construída na rejeição e perseguição de movimentos sociais, o que se materializa na forma em que Bolsonaro recorre à negação de princípios constitucionais que o denunciariam, propondo uma fuga do politicamente correto, que já foi realidade, mas é abandonado com sua eleição. Comparece aqui, mais uma vez, o processo de estabelecimento de dois pólos, inconciliáveis, antagônicos, dentre os quais um ocupa o lugar do “certo/bonito” e o outro é reconhecido como “errado/feio”. Diferentes sujeitos-enunciadores colocam em circulação sentidos reproduzidos a partir de um mesmo processo discursivo.

A qualificação do semblante dos/as alunos/as é marcada na oração “a gente nota uma diferença”, em que quem percebe é referenciado por “a gente”, uma aglutinação da figura do, na época, Presidente da República com os interlocutores. A tese de Indursky (1992, p. 77) sobre discursos de ex-presidentes do regime militar ressalta o uso da primeira pessoa do plural em pronunciamentos, descrevendo diferentes possibilidades de referentes discursivos para “nós”, o que “permite a instauração não só da indeterminação como também da ambiguidade”. O mesmo efeito se faz presente no tom performativo do enunciado de Bolsonaro que tenta socializar um discernimento que não é compactuado por outros setores da sociedade, mas que é característica da formação ideológica socialmente discriminatória de um sujeito opaco, que não pode ser identificado.

4.2 Disciplina, Hierarquia, Patriotismo e Civismo

No discurso conservador, a valorização das Ecim é realizada pela equiparação com o modelo presente nas Escolas Militares e naquelas militarizadas anteriormente ao Pecim. A caracterização dessas instituições solidifica o vínculo entre o conservadorismo e as forças

armadas pelo constante enaltecimento de princípios militares, como é possível observar na SD7, proferida por Evandro Roman, a seguir.

SD7 - Eu não tenho nenhum receio em falar que é uma escola que tem um princípio conservador. É uma escola que vai nos orgulhar muito e vai ensinar essa futura geração o que é hierarquia, o que é respeito, gratidão e, principalmente, a disciplina, que em dias atuais, em muitas escolas, se perdeu durante o tempo. (Evandro Roman)

A articulação entre a formação ideológica conservadora e a implementação das Ecim se materializa na SD7, na medida em que Evandro Roman faz um paralelo entre “uma escola que tem um princípio conservador” e “uma escola que [...] vai ensinar essa futura geração o que é hierarquia, o que é respeito, gratidão e, principalmente, a disciplina”. A equivalência dessas afirmações se dá através da subordinação adjetiva de ambas as orações para qualificar um mesmo referente, as Ecim. O enunciado, desse modo, produz um efeito que certifica o alinhamento ideológico a princípios patrióticos, cívicos e hierárquicos “que se perderam com o tempo”, fruto da FD que indica o resgate de um passado idealizado da época da ditadura militar. A associação das duas adjetivações – uma com inscrição clara da posição-sujeito na ideologia dominante, e outra que enaltece valores militares – indica como a instituição de ensino militar une a Educação ao Aparelho Repressivo de Estado (ARE) (Althusser, 1980b), ressaltando o conflito ideológico.

A noção de que a língua materializa disputa entre ideologias, de modo que uma sempre estará em relação de dominância sobre as outras, é fruto teórico do Materialismo Histórico-Dialético relacionado às considerações de Louis Althusser sobre os Aparelhos de Estado. Pêcheux foi aluno do filósofo Althusser, que, ao se debruçar sobre *O Capital*, entende que Marx estabelece os parâmetros para uma ciência da História, campo até então dominado pela Física e pela Matemática (Althusser, 1980a, p. 157). Ao se contrapor ao Idealismo hegeliano, as postulações sobre o Materialismo Histórico-Dialético propõem uma base científica para compreender o processo histórico como um embate entre classes, em que a burguesia detém os modos de produção e, por meio desses, explora a classe proletária. Essa relação, segundo Marx, funciona por meio da manutenção da ideologia para defender os interesses da classe que domina os arranjos produtivos, concluindo que a infraestrutura determina a superestrutura.

Para conter e repreender a classe trabalhadora, o Estado é munido com os Aparelhos de Estado (AE) com o objetivo de proteger a burguesia; contudo, na leitura de Althusser (1980b, p. 43), a conjuntura que integra “o Governo, a Administração, o Exército, a Polícia,

os Tribunais, as Prisões, etc” é interpretada como Aparelho Repressivo do Estado, pois funcionam pela violência, de formas físicas e não-físicas. Ao lado desses, o autor acrescenta a noção de Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE), categorizados como religioso, escolar, familiar, jurídico, político, sindical, midiático e cultural (Althusser, 1980b). Esses instrumentos institucionais e sociais servem para a repressão e silenciamento do proletariado, reforçando o estado de conflito ideológico e atestando como “a ideologia interpela os indivíduos em sujeitos” (Althusser 1980b, p. 93). A escola, segundo o autor, opera como um AIE central por ser responsável pela reprodução da ideologia dominante. Entretanto, na configuração escolar que estamos analisando, a convergência da instituição de ensino ao braço militar do Estado produz um veículo que propaga a ideologia dominante através da repressão, procurando converter uma classe oprimida através do fortalecimento de atributos militares, visto que a proposta das Ecim foca em classes em posição de vulnerabilidade social (Brasil, 2022).

O enaltecimento de características militares é visceral na defesa das Ecim, uma vez que é recorrente em quase todo o arquivo, caracterizando o excesso como estratégia discursiva (Ernst-Pereira, 2009, p. 4), visto que existe um “‘acréscimo necessário’ ao sujeito que visa garantir a estabilização de determinados efeitos de sentido em vista da iminência (e perigo) de outros a esses se sobreporem”. O uso desses termos reverbera no interdiscurso pelo artigo 27 do Estatuto dos Militares, sancionado no final do regime militar, estabelece como valores das forças armadas:

I - o patriotismo, traduzido pela vontade inabalável de cumprir o dever militar e pelo solene juramento de fidelidade à Pátria até com o sacrifício da própria vida; II - o civismo e o culto das tradições históricas; III - a fé na missão elevada das Forças Armadas; IV - o espírito de corpo, orgulho do militar pela organização onde serve; V - o amor à profissão das armas e o entusiasmo com que é exercida; e VI - o aprimoramento técnico-profissional (Brasil, 1980).

A percepção dos militares como guiados por uma moral elevada através de princípios cívicos e patrióticos é característica histórica da extrema-direita na América Latina (Sanahuja; Burian; Vitelli, 2023). Essa FD propõe uma superioridade desse setor que reforça a capacitação de militares para intervirem na escola pública. Nessa perspectiva, se fazem presentes, em relação, termos como disciplina, hierarquia, patriotismo, civismo, valores éticos e morais, que também aparecem em configurações diferentes, em relação parafrástica, como presente no enunciado abaixo.

SD16 - O conteúdo que é aplicado a essas escolas cívico-militares são voltados ao civismo, ao patriotismo, à hierarquia, à disciplina, à ordem unida, ou seja, mostram como pensar no coletivo. Acreditamos que esse modelo, o de educar com esses valores, civismo, patriotismo, faz com que o cidadão passe a ter consciência do seu papel dentro da sociedade. E é isso que faz mudar uma nação. (Márcia Amarílio)

Retratando o modelo cívico-militar em publicação no site do MEC em abril de 2019, o enunciado da subsecretária de Fomento às Escolas Cívico-Militares na época, tenente-coronel do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, Márcia Amarílio, lança luz sobre como esses princípios das forças armadas integram a Ecim. No primeiro período, o sintagma verbal caracteriza o conteúdo abordado nas instituições de ensino e estabelece uma relação explicativa com o segundo sintagma através da locução conjuntiva explicativa “ou seja”. A coordenação entre os dois sintagmas implica que os valores militares são manifestações do “pensar no coletivo”, o que reproduz sentidos de uma escola plural, democrática e horizontal. Contudo, a FD conservadora contrapõe essa associação ao passo que utiliza termos do campo semântico militar em vez do educacional, resultando num caso de estranhamento (Ernst-Pereira, 2009) dado que a SD16 é a única com termos como “coletivo” ou similares.

A recorrência demasiada de princípios militares no arquivo configura uma relação parafrástica entre os enunciados analisados, que procura indicar somente uma representação da Ecim. Ao discorrer sobre a memória na AD, Pêcheux (2007, p. 53) afirma que “a repetição é antes de tudo um efeito material que funda comutações e variações, e assegura [...] o espaço de estabilidade de uma vulgata parafrástica produzida por recorrência, quer dizer, por repetição literal dessa identidade material”. Quando contextualizada no ambiente político, permeado por militares, essa estabilidade materializada no arquivo entra em consonância com a leitura de Orlandi (2003) sobre o Discurso Pedagógico, que, sem interlocução, procura inculcar um comportamento. Isto é, a persistência em representar as Ecim por meio de símbolos militares através de diferentes sujeitos-enunciadores funciona como estratégia discursiva para naturalizar uma visão de escola no interior dessa FD, que pode ser associada ao funcionamento do autoritarismo (Orlandi, 2003; Indursky, 1992).

4.3 O antagonismo entre os modelos militares e público

Em contexto de avanço político do conservadorismo no Brasil, seja durante a ditadura militar, seja no contexto do Golpe de 2016, Indursky (1992; 2019) explora as posições de sujeito alinhadas à FD característica da ideologia dominante. Em sua tese de doutorado, a autora conduz um estudo que investiga discursos de todos presidentes do período da ditadura,

interpretando diferentes formações imaginárias presentes nos domínios discursivos da construção do sujeito presidencial: o presidente democrata, o presidente militar, o presidente autoritário e o presidente injustiçado (Indursky, 1992). Essas representações produzem efeitos de sentidos distintos através dos enunciados de modo que, por vezes, apresentam um caráter que procura se apresentar como conciliatório, no caso do presidente democrata, ou destacam “a monopolização do poder político” (Indursky, 1992, p. 60), reflexo da figura do presidente autoritário. De acordo com Indursky (2019, p. 88), a memória da ditadura é atualizada em justificativas feitas por parlamentares em 2016 para a deposição da ex-presidente Dilma Rousseff, salientando o “assujeitamento do enunciador à ideologia fascista” por meio de formulações perversas e cínicas em relação à tortura que Dilma sofreu durante o regime militar e à perseguição de inimigos políticos de esquerda.

Ainda na tese de Indursky (1992), é reconhecida a mobilização das formas “povo” e “nós” pelos presidentes militares para se endereçar a posições sociais variadas. Os sujeitos-enunciadores se valem da ampla abrangência de referentes das palavras para se dirigir a classes apoiadoras do golpe militar, “fazendo parecer comunitárias preocupações de fato específicas” (Indursky, 1992, p. 128). Ambas colocações são citadas por Daltoé (2022, p. 26), com o intuito de fazer uma simetria com o jogo referencial no enunciado “Nós somos nós, o resto é o resto”, proferido por um instrutor fardado aos estudantes na Escola Cívico-Militar General Abreu, no Rio de Janeiro. A tautologia presente no enunciado escancara “sua apologia supremacista, segregacionista, excludente, desfazendo a ilusão de um discurso que viria para proteger a escola, ou mesmo, a sociedade como um todo” (Daltoé, 2022, p. 25), o que confirma, segundo a pesquisadora, que “todos os homens são iguais, mas há alguns que o são mais que outros” (Pêcheux, 1988, p. 27 apud Daltoé, 2022).

O discurso conservador que defende a implementação das Ecim é categórico ao definir o que esse modelo escolar propõe sob as rédeas das forças armadas, conforme descrito previamente. Ainda assim, é necessário marcar que essas conceituações partem de uma comparação constante com a educação pública brasileira, pois as Ecim são implementadas através da inserção de militares em escolas amparadas na gestão democrática. Durante a análise, ficou claro que a escola pública não é citada abertamente na maior parte do arquivo, mas retratada pela sua ausência: “não podemos definir a ausência de um efeito de sentido senão como a *ausência específica daquilo que está presente em outro lugar*: o ‘não-dito’” (Pêcheux, 1997, p. 149, grifos do autor). Nesse sentido, a escola pública é atribuída de significado como um ambiente perigoso e descontrolado que pode ser apaziguado com a

inserção de militares, como observamos na SD19, proferida por Bruno Engler em janeiro de 2019, então deputado estadual de Minas Gerais:

SD19 - São escolas sem nenhuma disciplina, onde há até crimes ocorrendo lá dentro, e, por isso, não têm a menor condição de criar um ambiente para o aprendizado. A ideia é entregá-las aos cuidados da Polícia Militar, no modelo cívico-militar, semelhante ao que se observa no colégio Tiradentes, mas não tendo a maioria das vagas para filhos de militares. Nesse ambiente, se cria uma estrutura com hierarquia e disciplina. (Bruno Engler)

Postada no site do jornal O Tempo⁸, a SD19 alude a “escolas que estejam passando por uma situação difícil, com baixo índice educacional e elevada taxa de violência”, conforme apontado por Engler. A coordenação entre as duas orações, “onde há até crimes ocorrendo lá dentro” e “por isso, não têm a menor condição de criar um ambiente para o aprendizado”, que seguem a oração principal no primeiro período, detalham um cenário rebelde e criminal, com a ausência de segurança e regulação. O uso da palavra “disciplina” promove um deslizamento de sentido, pois, num contexto escolar, poderia formular sentidos que dizem respeito ao comportamento de estudantes, entretanto, é importante destacar que esses sentidos da FD refere-se à disciplina militar, que guia um ambiente de subordinação e repressão.

Sendo um dos únicos enunciados com predicções referentes de maneira explícita à escola pública, a declaração descreve pejorativamente o espaço público para, no segundo período, tratá-lo como objeto de “cuidados” da Polícia Militar, entidade que, supostamente, criaria um ambiente com obediência. Dessa forma, o enunciado gera um antagonismo entre os dois modelos escolares, uma vez que um é perigoso e desordenado e deve ser neutralizado para garantir segurança por meio de valores elevados. Nesse sentido, a relação entre as duas instituições constitui uma disputa ideológica que ecoa, na memória discursiva, um cenário sócio-político que justificou, na ótica conservadora, o Golpe de 1964. Em uma análise do binômio *nós* e *eles*, Barbosa Filho e Vicente (2022, p. 217-218, grifos dos autores) relatam a presença do *outro-hostil* como parte constitutiva do imaginário político brasileiro e o relacionam com a polarização ideológica nas eleições de 2018:

se na ditadura civil-militar emerge a contradição entre o “povo brasileiro”, que é constantemente ressignificado, e o “subversivo”, na conjuntura atual, entre o “*patriota*” e o “*esquerdista*”, se arquiteta uma tensão entre *fascismo* e *antifascismo*, entre *ordem* e *desordem*, entre *lei* e *crime*, que parece definir as dicotomias que sustentam a formulação do *outro-hostil*: não apenas aquele que não é, mas aquele que jamais poderá ser nós. A polarização, portanto, não é apenas uma diferença

⁸ Disponível em:

<https://www.otempo.com.br/politica/zema-estuda-militarizacao-de-escolas-estaduais-problematicas-em-minas-1.2126415>. Acesso em: 12 de jan. de 2024.

qualitativa entre *nós* e *eles*, mas uma diferença que inviabiliza qualquer possibilidade de aliança ideológica entre os elementos em relação.

Outra forma que a polarização entre nós e eles se faz presente no discurso em prol das Ecim é através da descrição de estudantes e do ensino provenientes da educação pública. Para realizar esse aspecto, me debruçarei sobre três excertos do discurso de Eduardo Bolsonaro, deputado federal pelo PSL na época, no 1º Simpósio Brasileiro de Escolas Cívico-Militares:

SD24 - Difícil, mas muito difícil, vocês vão ver que uma pessoa esteja no crime para sua subsistência, está no crime porque é vagabundo, **ele tem uma deturpação de valores**. E são esses valores que os senhores [militares] colocam na molecada para eles não se desviarem mais adiante. (Eduardo Bolsonaro)

SD25 - Em outras palavras, enquanto **a nossa criança, aqui, aprende a fumar maconha e fazer sexo**, lá, eles tão na nonagésima nona revolução industrial para desenvolver tecnologia artificial pra substituir a mão de obra para não ter impacto tão grande na previdência. E, aqui no Brasil, o que tá acontecendo conosco? **Prova do Pisa. Talvez estejamos na frente do Zimbábue e talvez da Zâmbia**. (Eduardo Bolsonaro)

SD26 - Todos os pais gostariam de colocar os filhos nas mãos dos senhores, que sabem que **não vai ter ensino de sexo, nem homo, nem hétero, tá?! Não vai ter esse negócio de relativizar, dizer que a maconha é uma droga bacana**, que quando a molecada se vicia na adolescência, ela não larga nunca mais a droga. E eles sabem que **ali o professor vai dar aula sem ter medo de tomar pancada**. (Eduardo Bolsonaro)

A SD24 propõe retratar as benesses do modelo militar através do paralelo entre dois perfis inegociáveis: o criminoso e o estudante da Ecim. O discurso procura persuadir o interlocutor através de uma afirmação aos olhos do outro (*vocês vão ver*), referenciando-o à plateia composta majoritariamente por militares que apoiam o projeto. Logo, a descrição do criminoso é feita à sombra de um reconhecimento ideológico sobre quem é “certo” e quem é “errado”, o que retoma a análise da SD2 no início do capítulo. A ideia de “as linhas e a disciplina” na fala de Weintraub encontram ecos na metáfora do último sintagma preposicional, “para eles não se desviarem mais adiante”. Também, é relevante que o enunciado reproduz a FD dominante presente nessa análise pelo culto aos valores militares que serão “aplicados” em estudantes das Ecim com o objetivo de se manterem em um caminho “correto”. A distinção entre esses dois perfis recupera sentidos atrelados à raça, uma vez que a população preta e parda brasileira é constantemente atrelada à criminalidade no imaginário social do país. Esse racismo “implícito” é característica do discurso conservador, que, conforme descrito anteriormente, se alia a táticas de apito de cachorro para comunicar

valores supremacistas brancos, como a vez em que Jair Bolsonaro tomou um copo de leite em uma *live* no Facebook, gesto tradicional de grupos de extrema direita dos Estados Unidos⁹.

A constatação “ele tem uma deturpação de valores” entra em relação parafrástica com as SD25 e SD26, pois a caracterização do ensino na rede pública destaca ações criminosas, envolvendo professores/as e alunos/as. Essa descrição reproduz sentidos da FD, criando um panorama da escola pública como um ambiente nocivo e maléfico que faz apologia às drogas ilícitas, ao aliciamento de menores e à agressão física. A associação de crimes que contemplam entorpecentes ilegais e a promiscuidade por parte da extrema-direita é historicamente ligada a pânicos morais, reproduzindo “o comportamento coletivo diante das pressões por mudança social que se intensificaram e parecem mais rápidas a cada dia” (Miskolci, 2007, p. 117). O enlace entre esses temas com o ambiente escolar público no discurso conservador reproduz a lógica histórica de perseguição contra inimigos políticos, marcados pela raça e classe social, advindos de avanços de movimentos sociais, característica constitutiva do cenário político no Brasil, como destacam Barbosa Filho e Vicente (2022, p. 218):

esse discurso do outro perigoso, do outro que ameaça a unidade do nós e do nosso é constitutivo do imaginário político brasileiro. Isso quer dizer que de um ponto de vista discursivo, o passado não passou porque ainda produz efeitos e deixa inscrições nas relações de sentido. Sentidos que não se dissipam nem se evanescem, mas que emergem quando há condições.

Dessa forma, o antagonismo produzido pela FD dominante determina um ideal de estudante da Ecim, alinhado aos valores cívicos e patrióticos, e outro da escola pública, desviado para o caminho da criminalidade e que deve ser neutralizado. Nesses sentidos conservadores, a educação pública é um veículo reprodutor de violência e corrupção de menores, enquanto o modelo cívico-militar caracteriza um instrumento de transformação ideológica que pode (e deve) sufocar a instituição de ensino democrática.

⁹ Disponível em:

<https://www.brasildefato.com.br/2021/03/25/cinco-vezes-que-bolsonaro-ou-pessoas-ligadas-a-ele-recorreram-a-simbolos-nazistas>. Acesso em: 20 de jan. de 2024.

5. Considerações Finais

A análise realizada permitiu identificar ao menos três grandes eixos que estruturam a proposta e o discurso em prol da militarização: a inculcação de valores militares caracterizados pelo caráter repressivo, a nostalgia dos tempos do regime militar e uma relação fundamentalmente antagônica que procura dismantlar a escola pública através do modelo cívico-militar, calcado em princípios neoliberais de precarização do Estado. Essa retomada de um passado idealizado constrói um pano de fundo romantizado a fim de justificar a promoção do discurso hierárquico e disciplinador, que funciona como base das instituições Deus, Pátria e Família. Além disso, a implementação das Ecim procura dismantlar a instituição pública de ensino por meio do oferecimento de um “nova” proposta custeada pelo próprio Estado, o que deixa clara “a interação prática entre o neoliberalismo roll-back (crítica à educação do setor público) e roll-out (novas oportunidades de negócios nos serviços públicos)” (Ball, 2014, p. 193).

O setor militar do Estado brasileiro é responsável pelo uso da força em diversas esferas institucionais, ocupando-se da defesa de fora dos limites políticos, pelas forças armadas, e de dentro, também, pela polícia. Esse braço armado, agora, tenta intervir na Educação arraigado numa ideologia que, a partir da análise, se mostra contrária a políticas sociais pela discriminação de classe, raça, gênero e sexualidade. A implementação de ARE no setor de ensino significa que o uso da força passa a ser parte da escola, reforçando a ideia de controle pela violência, principalmente, pelo fato dessas escolas serem direcionadas à população em vulnerabilidade social, que, no Brasil, não pode ser dissociada da população preta. Tal cenário tensiona com a definição de necropolítica, cunhada pelo filósofo camaronês Achille Mbembe, que Bento (2022, p. 30) utiliza para descrever a ideologia supremacista que permeia as relações sociais e é enraizada no Estado pelo seu passado colonial:

Com base no racismo, grupos são escolhidos para morrer a partir de um discurso do Estado que os define como ameaça, justificando o seu extermínio para assegurar a ordem e a segurança.

Trata-se de um fenômeno político nacionalista e “patriótico”, fazendo um apelo aos chamados valores tradicionais. É principalmente na extrema direita, mas não só, que esses posicionamentos sobre ordem, segurança e defesa da pátria atraem setores de segurança, desde as forças armadas e policiais até as milícias e a bancada da bala. Um nacionalismo antidemocrático que tem como base o supremacismo branco e o conservadorismo social e religioso.

Em seu primeiro ano, o governo Lula encerrou o Pecim, tirando as Ecim da tutela do MEC para serem reintegradas ao formato regular. Com isso, as escolas que faziam parte do

projeto federal começaram a se associar a núcleos institucionais militares, como o Corpo de Bombeiros e as Polícias Militares de suas regiões, também, legislações que instituem esse modelo passaram a ser debatidas nas esferas estaduais e municipais. Em contraponto, em novembro de 2023, as Ecim foram consideradas inconstitucionais pelo Tribunal do Justiça do Rio Grande do Sul por ferir a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e a Lei nº 10.576, de 14 de novembro de 1995, que dispõe sobre a gestão democrática das escolas do estado¹⁰. Ainda, é necessário entender como os valores levantados em defesa da introdução das Ecim estão sendo concretizados ou se, ao contrário, estão surgindo efeitos colaterais indesejados, como a perda de autonomia das instituições de ensino e a diminuição da diversidade pedagógica.

Esse projeto começou a tomar forma a partir dos estudos realizados como bolsista de iniciação científica e através do meu contato com AD nos meus últimos anos de graduação. Da mesma forma, é necessário afirmar que essa pesquisa reproduz a minha experiência acadêmica na graduação, visto que ingressei no curso de Letras em um contexto de enaltecimento da universidade federal para, ao decorrer dos anos, vivenciar de perto incessantes ataques à Educação pública. As ofensivas, fundamentadas em preceitos antidemocráticos, se consolidaram na tentativa de sufocamento do ensino superior no país pelo corte de verbas paulatino assim como na desvalorização do saber científico. Esse trabalho, assim, busca incentivar projetos futuros em torno de aspectos que não foram contemplados e se posicionar, junto a pesquisas já feitas, como uma intervenção política em defesa da escola pública de gestão democrática.

¹⁰ Disponível em:

<https://www.brasildefatores.com.br/2023/11/24/justica-confirma-suspensao-de-escolas-civico-militares-no-estado>. Acesso em: 22 de jan. de 2024.

Referências

- ALTHUSSER, L. **A filosofia como arma da revolução**. In: Posições II. Rio de Janeiro: Graal, 1980a.
- ALTHUSSER, L. **Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado**. 3 ed. Lisboa: Editorial Presença/Martins Fontes, 1980b.
- APPLE, M. W. **Educando à direita: mercados, padrões, Deus e desigualdade**. Tradução Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2003.
- BALL, S. J. **Educação Global S.A.: novas redes políticas e o imaginário neoliberal**. Tradução Janete Bridon. Ponta Grossa: UEPG. 2014.
- BARBOSA FILHO, F. R.; VICENTE, V. S. Nós e eles. In: Amanda Eloina Scherer; Dantielli Assumpção Garcia; Fábio Ramos Barbosa Filho; Lauro Baldini; Lucília Maria Abrahão e Sousa. (Org.). **Restos de horror**. 1ed. Campinas: Pontes, 2022, v. , p. 195-217.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, [2023]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 11 jan. 2024.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23/12/1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm Acesso em: 15 jan. 2024.
- BRASIL. Decreto Nº 10.004, de 5 de setembro de 2019. Institui o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 173, p. 2-3, 6 set. 2019.
- BRASIL. **Observatório Social Pecim**. Sobre o Pecim. Brasília, 2022. Disponível em: <https://pecim.ibict.br/indicadores-gerais/>. Acesso em: 20 dez. 2023.
- BRAUN, V.; CLARKE, V. Using thematic analysis in psychology. **Qualitative research in psychology**, v. 3, n. 2, p. 77-101, 2006.
- DALTOÉ, A. S. “Nós somos nós, o resto é o resto”: a tautologia que engendra um projeto de educação para um projeto de país. In: DALTOÉ, A.; FLORES, G.; SILVEIRA, J. **Marcas da Memória: o que resta da ditadura na educação brasileira?** Campinas, SP: Pontes Editores, 2022.
- ERNEST-PEREIRA, A. **A Falta, o Excesso e o Estranhamento na Constituição/Interpretação do Corpus Discursivo**. 2009. Trabalho apresentado no IV Seminário de Estudos em Análise do Discurso - SEAD, Porto Alegre, 2009.
- FILGUEIRAS, J. M. **A educação moral e cívica e sua produção didática (1964-1993)**. Dissertação de mestrado. PUC-SP, 2006.

GOULART, J. **A militarização das escolas no estado de Goiás e os sentidos da desdemocratização do ensino público**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

INDURSKY, F. **A fala dos quartéis e as outras vozes: uma análise do discurso presidencial da Terceira República Brasileira (1964-1984)**. Tese de Doutorado. Campinas, IEL/UNICAMP, dez. 1992.

INDURSKY, F. Que sujeito é este? In: GRIGOLETTO, E.; DE NARDI, F. S.; SILVA SOBRINHO, H. F. (Orgs.). **Silêncio, memória, resistência: a política e o político no discurso**. Campinas: Pontes, 2019. p. 79-117.

LACERDA, M. B. **O novo conservadorismo brasileiro: de Reagan a Bolsonaro**. Porto Alegre: Zouk, 2019.

MISKOLCI, R. Pânicos morais e controle social – reflexões sobre o casamento gay. **Cadernos Pagu**, [S. l.], n. 28, p. 101–128, 2016.

MOLL NETO, R. **Reaganation: a nação e o nacionalismo (neo) conservador nos Estados Unidos (1981-1988)**. 2010. 265f. Dissertação (Mestrado em História)- Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 5 ed. Campinas: Pontes, 2003.

ORLANDI, E. P. **Michel Pêcheux e a Análise de Discurso**. Estudos da Língua(gem), [S. l.], v. 1, n. 1, p. 9-13, 2005. DOI: 10.22481/el.v1i1.973. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/estudosdalinguagem/article/view/973>. Acesso em: 24 jan. 2024.

PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso (AAD-69) (1969). In: GADET, F.; HAK, T. (Orgs.) **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993. p. 61-161.

PÊCHEUX, M. **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Tradução Eni Pulcinelli Orlandi et al. 2ª ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1995.

PÊCHEUX, M. Papel da memória. In: ACHARD, Pierre et al. **Papel da memória**. Tradução de José Horta Nunes. 2. Ed. Campinas: Pontes, 2007

PÊCHEUX, M.; HAROCHE, C.; HENRY, P. A Semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem, discurso. In: BARONAS, Roberto Leiser (Org.). **Análise do Discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva**. São Carlos: Pedro e João Editores, 2011, p. 13-32.

PINHEIRO-MACHADO, R.; VARGAS-MAIA, T. **The Rise of the Radical Right in the Global South**. London: Routledge, 2023.

SANAHUJA, J. A.; BURIAN, C. L.; VITELLI, M. The rise of the new far right in Latin America: Crisis of globalization, authoritarian path dependence and civilian-military relations. In:

PINHEIRO-MACHADO, R; VARGAS-MAIA, **The Rise of the Radical Right in the Global South**. Routledge, 2023. p. 112-124.

SANTOS, C. de A.; ALVES, M. F.; MOCARZEL, M.; MOEHLECKE, S. Militarização das escolas públicas no Brasil: um debate necessário. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação** - Periódico científico editado pela ANPAE, [S. l.], v. 35, n. 3, p. 580, 2019. DOI: 10.21573/vol35n32019.99295. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/99295>. Acesso em: 6 dez. 2023.

SANTOS, C. de A. A escola cívico-militar e a pedagogia do quartel: a escola como espaço da antieducação. In: DALTOÉ, Andréia da Silva; FLORES, Giovanna Benedetto; SILVEIRA, Juliana da (Orgs.). **Marcas da Memória: o que resta da ditadura na educação brasileira?**. 1 ed. Campinas, SP: Pontes, 2022.

SANTOS, E. J. F. **Militarização das escolas públicas no Brasil: expansão, significados e tendências**. 2020. 442 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2020b.

SANTOS, G. S. O avanço das políticas conservadoras e o processo de militarização da educação. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 15, e2015348, p. 1-19, 2020a.

ANEXO A - Arquivo

SD1 - O Brasil vive um momento importante de retomada de valores morais e cívicos e isso precisa acontecer também na educação. (Evandro Roman)

SD2 - A escola cívico-militar é um resgate, justamente, a tudo isso que nos trouxe aqui. O feio continua sendo feio, e o bonito continua sendo bonito, o certo é certo e o errado é errado. As linhas e a disciplina que elas nos trazem de respeito aos professores, à família, aos pais, às mães, respeito ao dinheiro público, de não pixar, não depredar, não destruir o patrimônio público que é fruto do imposto suado, sacrificado, que cada um de nós paga. É visível esse respeito na escola cívico-militar, o respeito à bandeira, ao sacrifício passado, presente. (Abraham Weintraub)

SD3 - Hoje não se tem mais respeito pelos mestres e não se canta o hino nacional, mas o 'passinho' e as danças obscenas estão virando rotina. Nossas escolas estão se tornando ponto de tráfico de drogas. O modelo cívico-militar se mostra eficiente para construir valores cívicos, respeito e cidadania. Parece que tudo o que é para resgatar valores morais o Governo do Estado não quer. (Clarissa Tércio)

SD4 - Não é o único dever do colégio afastar a criança da rua, mas também mostrar disciplina e restabelecer a moral e o respeito entre alunos e professores nas salas de aula. (André Fernandes)

SD5 - Levar disciplina para a educação e trazer de volta valores cívicos às crianças. Esse ensino de excelência dado nas escolas da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros tem de ser estendido a todas as nossas escolas do DF. (Ibaneis Rocha)

SD6 - Nossas crianças e jovens precisam voltar a cantar o hino nacional no colégio, ter respeito ao professor, disciplina e hierarquia. (André Fernandes)

SD7 - Eu não tenho nenhum receio em falar que é uma escola que tem um princípio conservador. É uma escola que vai nos orgulhar muito e vai ensinar essa futura geração o que é hierarquia, o que é respeito, gratidão e, principalmente, a disciplina, que em dias atuais, em muitas escolas, se perdeu durante o tempo. (Evandro Roman)

SD8 - Eu vejo aqui à minha esquerda a garotada da Escola Estadual da Polícia Militar de Goiás, lá de Anápolis. Me desculpe, quando se olha pro semblante deles, e olha pro semblante de garotadas em outras escolas, a gente nota uma diferença. Não aqui qualquer ideia de discriminação, pelo amor de Deus, vamos fugir do politicamente correto e cair na real. É um semblante diferente. O que que me vem à cabeça minha, e com toda certeza de todos vocês, do futuro dessa garotada? Que eles terão futuro! (Jair Bolsonaro)

SD9 - São verdadeiras escolas para a cidadania, que possuem a capacidade de formar cidadãos norteados pela ética, disciplina e amor à Pátria. (Coronel Henrique)

SD10 - Pela disciplina, aqui é um lugar onde os professores conseguem dar aulas, verdadeiramente. Outro grande diferencial é a gestão. Nos colégios da Polícia Militar, por natureza, todos os diretores são oficiais da Polícia Militar. São gestores que passam por um curso de gestão de oficiais e uma especialização. (Ten. Cor. Luciano Magalhães)

SD11 - Eu vejo o colégio militar como uma outra forma de você educar. Não podemos desmerecer a educação tradicional tanto na modalidade normal quanto na integral, que é outra área que queremos abranger e fortalecer. Mas temos que entender que o colégio militarizado é para aquelas crianças que gostam da área. É somente a forma de receber o professor em pé, de prestar continência, de saber que entre os alunos também têm hierarquia. Isso é bom para o Brasil. Isso é bom para o nosso estado. Isso é bom para as famílias. (Coronel Marcos Rocha)

SD12 - já era hora de [o estado] se posicionar favorável, trazendo às escolas conceitos de disciplina, regras e normas claras de procedimentos éticos e morais. (Evair de Melo)

SD13 - A primeira - de caráter mais pragmático - é a qualidade do ensino. Os resultados no IDEB e no ENEM não deixam dúvidas de que os colégios militares estão, em média, muito à frente dos demais em termos de ensino. Esse talvez seja um dos principais fatores de atração desses colégios. A segunda razão tem a ver com a ânsia da sociedade atual por ordem. O terceiro motivo diz respeito aos valores transmitidos por essas escolas. Sentimentos de patriotismo, civismo, respeito aos símbolos nacionais, noções de hierarquia e de disciplina, valorização da meritocracia, orgulho de ser goiano. Uma outra razão se liga à questão da segurança do ambiente escolar. (Major Vitor Hugo)

SD14 - Além de mais disciplina, nossos jovens terão um contato diário com ações de civismo e patriotismo, muito importantes na formação do cidadão. (Capitão Contar)

SD15 - Hoje não se tem mais respeito pelos mestres e não se canta o hino nacional, mas o 'passinho' e as danças obscenas estão virando rotina. Nossas escolas estão se tornando ponto de tráfico de drogas. (Clarissa Tércio)

SD16 - O conteúdo que é aplicado a essas escolas cívico-militares são voltados ao civismo, ao patriotismo, à hierarquia, à disciplina, à ordem unida, ou seja, mostram como pensar no coletivo. Acreditamos que esse modelo, o de educar com esses valores, civismo, patriotismo, faz com que o cidadão passe a ter consciência do seu papel dentro da sociedade. E é isso que faz mudar uma nação. (Márcia Amarílio)

SD17 - Nossas crianças e jovens merecem ter escolas de melhor qualidade, comprometidas com o conhecimento e a formação ética e moral. (Eliéser Girão Monteiro Filho)

SD18 - Eu acredito que só com uma educação de qualidade poderemos nos tornar cidadãos conscientes, dignos e livres de ideologias. (Capitão Contar)

SD19 - São escolas sem nenhuma disciplina, onde há até crimes ocorrendo lá dentro, e, por isso, não têm a menor condição de criar um ambiente para o aprendizado. A ideia é entregá-las aos cuidados da Polícia Militar, no modelo cívico-militar, semelhante ao que se observa no colégio Tiradentes, mas não tendo a maioria das vagas para filhos de militares. Nesse ambiente, se cria uma estrutura com hierarquia e disciplina. (Bruno Engler)

SD20 - Não tenho dúvidas de que o Colégio Militar é o melhor método de ensino que dispomos, e com a expansão podemos evitar que os jovens estejam nas ruas, cometendo crimes, mas sim nas salas de aula aprendendo sobre respeito, hierarquia e patriotismo. (André Fernandes)

SD21 - Como meus filhos e meus netos vão ser livres? Eles tem que ser fortes, e encontrar outros brasileiros fortes, corretos, descentes, que estejam preparados para lutar pela liberdade deles, porque o mal sempre vai tá presente, sempre vai ter gente ruim no mundo, e pro mal prevalecer, depende das pessoas boas lutarem pela liberdade e pelas coisas corretas. (Abraham Weintraub)

SD22 - Vi que alguns bairros tiveram votação e não aceitaram, me desculpa, não tem que aceitar não, tem que impor! Se aquela garotada não sabe, está na quinta série, tá na nona série, e na prova do PISA ele não sabe uma regra de 3 simples, não sabe interpretar um texto, não responde uma pergunta básica de ciências, me desculpa, não tem que perguntar para o pai, irresponsável nessa questão, se ele quer uma escola com uma, de certa forma, militarização. Tem que impor, tem que mudar, porque nós não queremos que essa garotada cresça e vá ser no futuro um dependente até morrer de programas sociais do governo. (Jair Bolsonaro)

SD23 - Trata-se de uma excelente notícia para pais, alunos, professores e funcionários das escolas que a partir de agora contarão com a presença de profissionais experientes, da sala de aula para fora, que certamente irão inibir a ocorrência de delitos como tráfico de drogas e violência.

SD24 - Difícil, mas muito difícil, vocês vão ver, que uma pessoa esteja no crime para sua subsistência, ela está no crime porque é vagabundo, pois tem uma deturpação de valores, e são esses valores que os senhores (militares) colocam na molecada. (Eduardo Bolsonaro)

SD25 - Todos os pais gostariam de colocar os filhos nas mãos dos senhores, que sabem que não vai ter ensino de sexo, nem homo nem hétero, tá, não vai ter esse negócio de relativizar, dizer que a maconha é uma droga bacana, que quando a molecada se vicia na adolescência,

ela não larga nunca mais a droga. E eles sabem que ali o professor vai dar aula sem ter medo de tomar pancada. (Eduardo Bolsonaro)

SD26 - Em outras palavras, enquanto a nossa criança aqui aprende a fumar maconha e fazer sexo. Lá eles tão na nonagésima nona revolução industrial para desenvolver tecnologia artificial pra substituir a mão de obra para não ter impacto tão grande na previdência. E, aqui no Brasil, o que tá acontecendo conosco? Prova do Pisa. Talvez estejamos na frente do Zimbábue e talvez da Zâmbia. (Eduardo Bolsonaro)